



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**



**Agricultura familiar agroecológica e os desafios da  
extensão rural no Oeste Catarinense**

**Beatriz Miranda Dalla Betta**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Engenheira Agrônoma. Orientador: Prof. Valmir Luiz Stropasolas

Florianópolis – SC

Novembro/2015

Beatriz Miranda Dalla Betta

Agricultura familiar agroecológica e os desafios da  
extensão rural no Oeste Catarinense

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de Graduação em Agronomia, do  
Centro de Ciências Agrárias, da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como requisito para  
a obtenção do título de Engenheira Agrônoma.  
Orientador: Prof. Valmir Luiz Stropasolas

Florianópolis – SC

Novembro/2015

Dedico este trabalho aos meus avós e fãs mais orgulhosos, Luiz Miranda (*in memoriam*) e Esther Maria de Barros Miranda (*in memoriam*), cujo amor incondicional, conselhos e incentivos permanecem a me conduzir em todas as etapas da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, cariocas da gema, por não terem surtado quando eu anunciei que iria fazer uma graduação que eles nunca tinham ouvido falar. À minha mãe, pelo amor que só a gente entende e por ter confiado em todas as minhas decisões, mesmo quando tomadas a muitos quilômetros de distância. Ao meu pai, que é um porto seguro, fonte inesgotável dos melhores conselhos e dos telefonemas que mais acalmam o meu coração.

Ao meu marido, que superou todas as minhas expectativas no seu carinho e paciência comigo durante o desenvolvimento desse trabalho. Além de ter sido o meu guia e motorista na região Oeste durante a pesquisa de campo, ficou meses acumulando muito mais tarefas domésticas do que merecia só para me deixar escrever por mais algumas horas sem me preocupar com nada. Minha gratidão e amor eterno serão sempre seus.

Aos meus amigos, por não ficarem bravos todas as vezes que deixei de ir a uma festa ou ignorei suas mensagens no meu celular. Por terem me colocado para cima e acreditado em mim naqueles momentos em que eu queria chutar o balde.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aqueles que me fizeram acreditar na Agroecologia e despertaram em mim a vontade de fazer a diferença.

Ao meu orientador Valmir Luiz Stropasolas, por ter guiado com paciência os meus primeiros passos nesse caminho multidisciplinar onde as Ciências Agrárias encontram a Sociologia. Aprendi que a pesquisa mais gratificante é, sem dúvida, aquela cujo norte é impactar a sociedade de maneira positiva.

Aos extensionistas que tão gentilmente cederem o seu escasso tempo e vasta experiência para contribuírem com esse estudo.

Aos agricultores entrevistados, por terem me recebido sempre com um sorriso no rosto, uma cadeira na varanda e às vezes algumas bergamotas. Sinto orgulho de ter a oportunidade de dar voz as suas preocupações nessa pesquisa.

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.*

(Paulo Freire)

## RESUMO

A agricultura familiar na mesorregião Oeste Catarinense está profundamente relacionada com a formação social e econômica daquele território. No contexto atual, com a intensa urbanização e modernização de técnicas agrícolas, grande é o número de agricultores sofrendo com a exclusão social. A agroecologia se apresenta como uma oportunidade valiosa de geração de renda, bem-estar e sustentabilidade, possível de ser praticada em pequenas propriedades e coerente com as demandas dos consumidores. No entanto, para que os agricultores sejam bem sucedidos nessa empreitada, se faz necessário que suas demandas em relação à extensão rural agroecológica sejam atendidas. Estudos apontam para uma insatisfação dos agricultores familiares em relação a essa atuação. O objetivo desse estudo foi o de identificar os fatores que estão restringindo esse acesso à extensão rural por parte dos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos da região oeste do estado. Para elucidar essa questão além de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas envolvidas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos e também questionários com extensionistas rurais que atuam na área. A análise de conteúdo das entrevistas foi fundamentada na seleção de categorias, características e indicadores significativos dos conceitos vinculados com o objeto de estudo. Concluiu-se que o modelo de extensão rural demandado pelas famílias de agricultores é composto de dez principais demandas que, em geral, não estão sendo atendidas devido ao número inadequado de profissionais disponíveis, a falta de articulação entre as esferas federais, estaduais e locais envolvidas com extensão a rural, e a falta de apoio das lideranças dessas mesmas esferas ao projeto agroecológico.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; agroecologia; assistência técnica; extensão rural; oeste; produção orgânica; Santa Catarina.

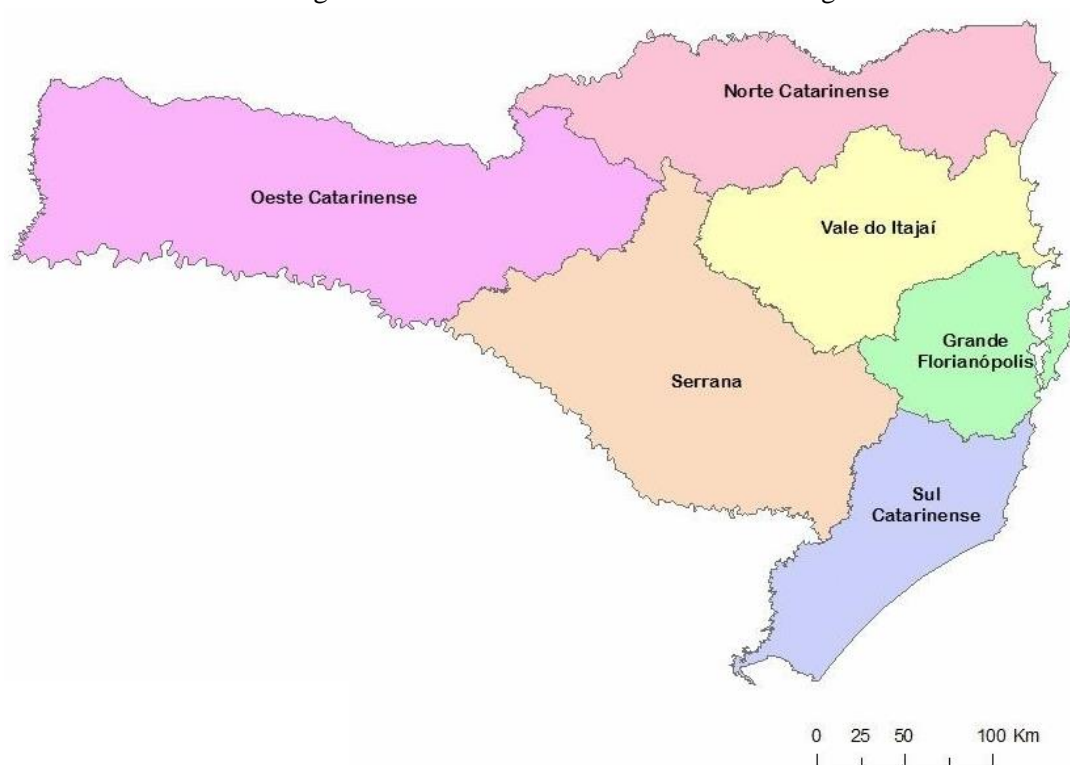
## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. OBJETIVO GERAL .....	14
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
4. METODOLOGIA .....	15
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	18
5.1. Contextualizando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	18
5.2. Contextualizando a extensão rural no estado de Santa Catarina e na região Oeste.....	21
5.2.1. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) .....	21
5.2.2. Unitagri.....	24
5.2.3. Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) ....	25
5.2.4. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).....	26
5.3. Análise do modelo demandado e das necessidades em relação à extensão rural para os agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos da região oeste de Santa Catarina .....	27
5.3.1. Visitação individual.....	29
5.3.2. Demonstrações práticas .....	32
5.3.3. Motivação e capacitação do extensionista rural .....	33
5.3.4. Capacitação dos agricultores familiares .....	36
5.3.5. Ações para incentivar a participação dos jovens e a sucessão rural .....	38
5.3.6. Folgas, férias e opções de lazer .....	44
5.2.7. Comercialização .....	46
5.2.8. Aceitação da comunidade local .....	49
5.2.9. Políticas públicas e legislações diferenciadas.....	52
5.2.10. Apoio das lideranças e entidades em relação à produção agroecológica....	60
6. CONCLUSÕES.....	62
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	65
8. ANEXOS.....	76
8.1. Roteiro da entrevista semi-estruturada realizada com os agricultores.....	76
8.2. Roteiro do questionário respondido pelos extensionistas.....	77

## 1. INTRODUÇÃO

A mesorregião Oeste Catarinense é a região mais ocidental dentre as seis mesorregiões que constituem o estado de Santa Catarina. Ela é formada pela união de 118 municípios e faz fronteiras com as mesorregiões de Norte Catarinense (nordeste) e Serrana (sudeste), com os estados do Paraná (norte) e Rio Grande do Sul (sul) e com a Argentina (oeste) (IBGE, 2010).

Figura 1: Estado de Santa Catarina - Messorregiões



Fonte: [www.baixarmapas.com.br](http://www.baixarmapas.com.br) – Elaborado a partir de dados do IBGE (2010)

De acordo com Konrad e Silva (2012), a agricultura familiar é a base da formação social e econômica da região oeste de Santa Catarina. Esse tipo de agricultura está definida na Lei nº 11.326:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;



II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para que a temática da pesquisa em questão seja mais bem entendida, é preciso que um breve histórico da região seja estabelecido. Segundo Silvestro (1995), a colonização do Sul do Brasil foi uma política do governo federal republicano que teve como objetivos a ocupação e a valorização de áreas estratégicas, então consideradas "despovoadas".

A região Oeste foi palco de muitos conflitos de terra com a chegada dos primeiros colonos vindos do Rio Grande do Sul, pois já era habitada por índios e caboclos, além de ser uma região de interesse econômico com fronteiras mal estabelecidas. O conflito mais marcante e diretamente ligado com o processo de colonização foi a Guerra do Contestado (GOULARTI FILHO, 2002).

Tal guerra foi o conflito armado entre o exército e camponeses despossuídos e teve como causa básica a construção da Estrada de Ferro que ligaria Rio Grande do Sul e São Paulo. Em 1890, o governo brasileiro cedeu à uma companhia americana uma faixa de terra de 30 km para a construção da estrada. Nessa área, anteriormente contestada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, foram desalojados, à força, milhares de posseiros que, posteriormente, se tornaram mão-de-obra da companhia. Em 1906, quando a obra foi suspensa, cerca de 8 mil homens foram demitidos. Iniciou-se então uma revolta popular fundada em princípios religiosos, messiânicos e sociais. Esta só teve fim em 1916 com uma série de conflitos armados e sangrentos que deram a vitória aos colonizadores. A partir daí, a colonização do Oeste Catarinense, última área do Estado a ser colonizada, se intensifica de fato. A região passa a ser, cada vez mais, destino de migrantes provindos do Rio Grande do Sul, geralmente descendentes dos primeiros imigrantes italianos e alemães que colonizaram a serra gaúcha (PIVA, 2010).

As dificuldades iniciais geradas pela colonização do ambiente ainda pouco habitado, como a precariedade dos instrumentos para o desmatamento, construção de casas, galpões, galinheiros, chiqueiros e estrebarias, bem como da obtenção de sementes para o cultivo, aliado às dificuldades de transporte, obrigaram os agricultores à prática da agricultura de

subsistência nos primeiros anos. Mas tão logo esses entraves e obstruções foram sendo superados iniciou-se o processo de produção em escala comercial (STRIEDER, 1996).

A partir da década de 40, através da produção de fumo e posteriormente da suinocultura, que a pequena propriedade começa a estabelecer vínculos mais estreitos com o mercado. Começa a surgir gradativamente na região um maior volume de produção agropecuária gerando excedentes que poderiam ser destinados à venda (SILVESTRO, 1995).

Conforme Jungblut (2000) destaca, a relação do colono com o capital comercial, ou seja, a relação com o comerciante, surgiu pela necessidade dos colonos em vender os seus excedentes e comprar o que não podiam produzir. Eram os comerciantes locais que compravam produtos, ditavam o preço e transportavam os excedentes até os centros maiores, trazendo na volta os artigos que os colonos não produziam.

O caráter relativamente autônomo da agricultura colonial vai lentamente se modificando, na medida em que as relações comerciais se solidificam e passam a levar as decisões "para fora da porteira", ou seja, ocorre a mercantilização do modo de vida do colono e de sua produção (PLEIN, 2005).

Com o passar das décadas, a Revolução Verde e seus desdobramentos, houve uma crescente influência do capital e da atuação das indústrias agroalimentares na agricultura local. Atualmente na mesorregião Oeste Catarinense ainda predominam as pequenas propriedades com mão-de-obra familiar, mesmo assim, a região detém o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil e a maior bacia leiteira do estado. As atividades agropecuárias com expressão econômica relevante se concentram na especialização dos sistemas milho/suínos ou milho/aves, e em alguns produtos como: soja, feijão, maçã e erva-mate (SILVA et al, 2013).

Alguns estudos apontam que o sistema de integração foi, e continua sendo, um dos principais elementos responsáveis pelo incremento da competitividade das agroindústrias catarinenses. A grande empresa transfere para os demais elos da cadeia os principais riscos envolvidos no processo produtivo, bem como uma importante soma de encargos sociais e trabalhistas. Ao mesmo tempo em que centraliza os elos que envolvem maior agregação de valor, como o processamento industrial e a comercialização (ALVES; MATTEI, 2006).

Na integração as grandes empresas fornecem todos os insumos, assistência técnica e logística para a atividade em questão e garantem a compra da produção a preços baixos, enquanto ao agricultor recai a responsabilidade da mão-de-obra e dos altos investimentos

em infra-estrutura, água, energia elétrica e gestão ambiental. Nesse tipo de contrato, as empresas acabam exigindo um aumento constante da escala produtiva e a adoção de técnicas modernas, muitas vezes incompatíveis com a sustentabilidade.

Essas constantes exigências e a baixa remuneração resultam em diversos problemas sociais, gerando a exclusão dos agricultores que não conseguem se adequar ao sistema exigido. Essa exclusão reflete diretamente em questões preocupantes como o êxodo rural e a falta de sucessores, especialmente os jovens, nas propriedades familiares. Nesse sentido,

Suas estratégias de concentração e intensificação da atividade têm provocado exclusão de agricultores, degradação de recursos naturais, especialmente de água e do solo, e esvaziamento de comunidades rurais. O chamado processo de ‘expansão vertical’ praticado pelas grandes agroindústrias pressupõe mecanismos crescentes de automação e redução de custos, obrigando a intensificação mais rápida da produção, aumentando a pressão sobre as unidades familiares e, no limite, levando ao seu desaparecimento (SHMIDT, 2003).

Paralelo a esse cenário, começam a surgir reflexões sobre uma forma alternativa de produção. Como constataram Oltramari, Zoldan e Altmann (2002) a predominância de minifúndios e a topografia acidentada limitam o número de produtores capazes de se manter competitivos, produzindo commodities ou produtos de baixo valor. Entretanto, novas oportunidades surgem com a maior abertura do mercado interno e com a evolução do cenário internacional, em que estão presentes novas tendências e preferências dos consumidores, entre as quais estão a produção de alimentos orgânicos<sup>1</sup> e agroecológicos.

A agroecologia é definida segundo Moraes (2015) como a ciência dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Os alimentos agroecológicos são aqueles produzidos de maneira orientada por esses princípios. As práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Uma unidade produtiva que siga esses preceitos pode ser considerada uma propriedade familiar agroecológica.

A produção agroecológica se apresenta como uma alternativa interessante para amenizar esses problemas de exclusão dos agricultores familiares no Oeste Catarinense

<sup>1</sup> Alimentos orgânicos são aqueles produzidos de acordo com o disposto na Lei nº 10.831 (BRASIL, 2013) e não necessariamente estão de acordo com todas as dimensões de sustentabilidade estabelecidas pela ciência agroecológica.

devido às pressões das grandes agroindústrias, ao mesmo tempo que atende a demanda de um mercado aquecido e oferece alimentos seguros aos consumidores.

Segundo Caporal e Costabeber (2000), a transição agroecológica pode ser definida como a passagem do modelo produtivista convencional à estilos de produção mais complexos sob o ponto de vista da conservação e manejo dos recursos naturais, ou seja, um processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária.

O último Censo Agropecuário registra 90.497 estabelecimentos que produzem de forma orgânica no país. Destes, apenas 5,6% são certificados, contra 94,4% que não são certificados (IBGE, 2006). Sendo assim, supõe-se que existe um número muito grande de agricultores produzindo de acordo com princípios agroecológicos, porém sem possuírem o selo de certificação orgânica.

Por essa razão, neste trabalho se optou por considerar como agricultores familiares que se orientam por princípios agroecológicos aqueles que se encontram nas seguintes situações: agricultores já certificados, aqueles ainda em processo de transição para obter o selo e também aqueles que produzem de maneira orgânica, mas desconhecem ou não tem interesse em obter a certificação.

Como a agroecologia se baseia na produção sustentável em tantas dimensões (ecológica, econômica, social, cultural, política e ética), se faz extremamente necessário que um profissional qualificado forneça suporte ao agricultor familiar. Não apenas um técnico especializado em produção, mas um extensionista rural no sentido mais amplo de sua definição.

O conceito presente na legislação brasileira define a extensão rural como sendo um serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Caporal e Costabeber (2002) afirmam que as estratégias de desenvolvimento de uma “extensão rural agroecológica” não podem orientar-se simplesmente pela acumulação de metas de crescimento econômico, de produção e de produtividade, mas devem assumir uma orientação “pluridimensional” que inclua: os desejos e necessidades de mudança das condições econômicas, mas que ao mesmo tempo leve a condições de segurança alimentar,

a melhores níveis de educação, de saúde e de bem estar, ao tempo que introduzem uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental aos sistemas agrícolas.

Contar com um(a) extensionista rural<sup>2</sup> que entenda o seu contexto social e produtivo pode contribuir imensamente para gerar renda e qualidade de vida ao agricultor familiar que se orienta por princípios agroecológicos, reduzindo muitas vezes as frustrações e abandonos na atividade.

O(a) extensionista rural, para cumprir o seu papel de maneira plena, deve incorporar todas as dimensões da agroecologia citadas anteriormente, atuando junto à comunidade para garantir essa noção ampliada de sustentabilidade, promovendo diagnósticos participativos e incentivando a tomada de decisões para solucionar as questões levantadas.

Como citado por Lima Neto (1999), o extensionista deve entender a sua função de agente de transformação, assumindo cada vez mais o papel de auxiliar do desenvolvimento local, incorporando no seu dia-a-dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações.

No entanto, através da análise de estudos recentes como Silva et al. (2013) e Campanhola e Valarini (2001) se supõe que essa não é a realidade cotidiana encontrada pelos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos da mesorregião oeste catarinense: suas demandas em relação à extensão rural aparentemente não estão sendo atendidas.

De acordo com Silva *et al.* (2013), os extensionistas rurais do Oeste Catarinense percebem a sustentabilidade da produção agropecuária especialmente por meio das dimensões ambiental e econômica ou no que tange à independência em relação a recursos produtivos externos. Os indicadores ou atributos de ordem social, tão importantes para as famílias de agricultores, ocupam um plano secundário na percepção do que seria um modelo sustentável.

A sustentabilidade social integra o ser e o fazer do agricultor, pois para este o meio rural não é apenas o espaço de trabalho, produção e rendimento econômico, mas também seu território e sua moradia, onde cultiva um modo de vida próprio, seus laços afetivos, históricos e culturais (WANDERLEY, 2009).

Corroborando esse raciocínio, Siliprandi (2002) destaca que, sem a dimensão social, aquela que se refere a aspectos como lazer, cultura, saúde e educação, a extensão rural perderia boa parte do seu conteúdo transformador e a sua eficácia na construção de um

<sup>2</sup> O termo “extensionista rural” será utilizado nesse trabalho para se referir a profissionais de ambos os sexos que atuam com extensão rural, podendo estes serem das ciências agrárias, mas também de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, pedagogia, sociologia, serviço social, etc.

desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>.

Retornando a questão central, não só do ponto de vista qualitativo do acesso a extensão rural agroecológica, mas também do ponto de vista quantitativo, se supõe que as demandas dos agricultores familiares agroecológicos não estão sendo atendidas. Os dados levantados pela Asbraer (2014) revelam uma relação preocupante de 223 agricultores para cada extensionista rural de campo no estado de Santa Catarina, número bastante elevado.

Há que se estabelecer um número máximo de famílias com as quais os profissionais devem assumir um compromisso formal e realizar atividades de extensão rural. Algumas experiências sugerem uma relação de no máximo 100 famílias por extensionista. Esse número pode ser o ideal em algumas áreas, mas não em outras, devido às distâncias e dificuldades de locomoção (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Além disso, segundo Campanhola e Valarini (2001), historicamente, os pequenos agricultores sempre tiveram dificuldades de acesso à assistência técnica pública. Para a agricultura orgânica isso não muda, havendo ainda mais um agravante: em geral, os extensionistas da rede pública não estão preparados para prestar assistência técnica em agricultura orgânica.

Diante dessa problemática, essa pesquisa buscou encontrar respostas para o seguinte questionamento: que fatores dificultam o acesso por parte dos agricultores familiares à extensão rural agroecológica na mesorregião Oeste Catarinense?

Qualquer trabalho em prol da agricultura familiar e da agroecologia contribui para um aumento da produção de alimentos saudáveis, que em maior oferta terão preços mais acessíveis aos consumidores. Além disso, os benefícios se estendem aos agricultores familiares, cuja geração de renda melhora sua inclusão social, e ao meio ambiente, que é contemplado com uma produção limpa e responsável.

Conhecer os gargalos do acesso da extensão rural agroecológica por parte dos agricultores familiares produz informações úteis para serem utilizadas pelos órgãos públicos envolvidos, esperando-se que futuramente tais demandas possam ser atendidas.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Identificar e analisar os fatores que dificultam o acesso por parte dos agricultores familiares à extensão rural agroecológica na mesorregião Oeste de Santa Catarina.

<sup>3</sup> O desenvolvimento sustentável é aquele que encontra um equilíbrio apropriado entre crescimento econômico e preservação dos recursos naturais, de forma que sua qualidade e abundância estejam asseguradas para as gerações futuras no longo prazo (THOMAS; CALLAN, 2010).

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar o “modelo” de extensão rural que vem sendo demandado pelos agricultores familiares que se orientam por princípios agroecológicos no Oeste Catarinense, correlacionando com as diretrizes da política pública de assistência técnica e extensão rural;
- Analisar, se a extensão rural em atuação no Oeste Catarinense atende as necessidades quantitativas e qualitativas específicas das famílias em relação à produção agroecológica;
- Analisar as percepções de extensionistas que atuam no Oeste Catarinense sobre os desafios da extensão rural agroecológica.
- Identificar e analisar as demandas não atendidas em relação à extensão rural para os agricultores familiares envolvidos na pesquisa, destacando os aspectos que dificultam o acesso.

### 4. METODOLOGIA

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica nos conceitos de interesse do projeto: agricultura familiar, agroecologia e extensão rural. Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica é uma revisão analítica dos principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes (LUNA, 1997).

Na segunda etapa da pesquisa foram enviados questionários online com perguntas abertas e fechadas para extensionistas que atuam na região oeste de Santa Catarina, buscando obter respostas sobre suas experiências com a agricultura familiar agroecológica e entender os desafios dessa atuação. Os questionários foram enviados para profissionais vinculados a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e a Unitagri (Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas), não houve especificação dos municípios de atuação devido ao caráter anônimo das respostas, apenas se fez a restrição de que os mesmos atuassem com agricultura familiar agroecológica na região de interesse desse estudo. Foram enviados cerca de 30 questionários, ao todo 10 profissionais forneceram respostas para contribuir com a pesquisa.

Em seguida, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares que se orientam por princípios agroecológicos em alguns municípios do Oeste Catarinense, para que se conhecesse a sua experiência com os extensionistas e as suas necessidades em relação a esse serviço.

Foram entrevistadas 20 famílias, sendo distribuídas na região da seguinte forma: 5 famílias no município de Xanxerê, 2 em Itá, 1 em Seara, 2 em São Domingos, 5 em Descanso e 5 em Anchieta. Essa distribuição variou de acordo com a disponibilidade das famílias e não se objetivou atingir uma representação quantitativa do total de agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos da região, mas sim compreender aspectos qualitativos e significativos da problemática estudada, a partir da realização de entrevistas em profundidade (DUARTE, 2005).

Durante a pesquisa, se buscou entrevistar agricultores nos mais variados graus de transição da agroecologia, desde aqueles que enfrentam as dificuldades iniciais, quanto aqueles que já estão certificados e mais estabelecidos. Uma distribuição das atividades realizadas por essas famílias pode ser encontrada na Tabela 1.

Para selecionar os sujeitos da pesquisa nos amparamos nas recomendações feitas por Quivy & Campenhoudt (1988), que indicam os procedimentos metodológicos necessários para a realização de pesquisas qualitativas. Nesse sentido, as famílias participantes da pesquisa foram selecionadas a partir de alguns critérios envolvendo referenciais teóricos, indicações de especialistas sobre o tema, bem como sugestões de pessoas da própria região envolvidas, direta e indiretamente, com os sujeitos e com o objeto de estudo. Para isso, realizamos conversas preliminares com representantes da própria população local de agricultores familiares, lideranças de cooperativas, profissionais de escritórios da Epagri, funcionários de prefeituras municipais, dirigentes de ONGs, entre outros. Estes contatos objetivaram identificar casos de famílias e de iniciativas de produção orientadas por princípios agroecológicos nos municípios envolvidos na pesquisa.

Sobre as entrevistas semi-estruturadas, estas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005; DUARTE, 2002).

Enquanto a pergunta fechada obriga o respondente a selecionar geralmente uma alternativa numa lista de opções predeterminadas, a pergunta aberta permite ao

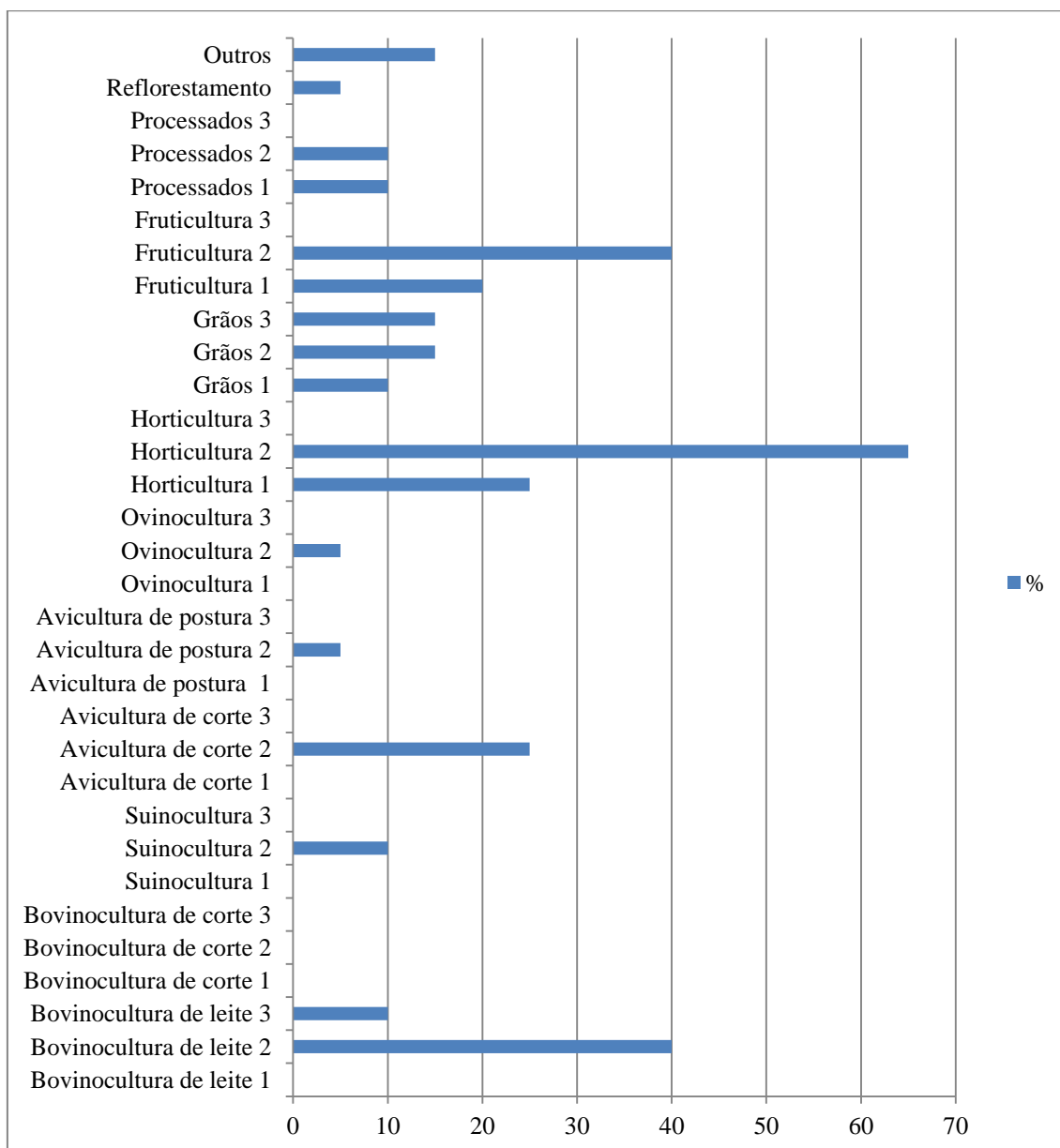


respondente a liberdade de expressar o que quiser sobre o assunto em pauta (GÜNTHER; JÚNIOR, 1990). A entrevista semi-estruturada tem relativa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e podem ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista (MATTOS, 2005).

**Tabela 1: Distribuição das atividades produtivas nas famílias entrevistadas.**

Legenda:

- 1: Atividade orgânica certificada.
- 2: Atividade orientada por princípios agroecológicos, mas não certificada.
- 3: Atividade convencional.



O conteúdo das entrevistas desse estudo foi registrado em áudio e posteriormente transcrito e analisado através da seleção das categorias, características e indicadores significativos dos conceitos vinculados com o objeto de estudo. A partir da tabulação, sistematização e análise dessas informações, visando fundamentar e ilustrar os resultados desse trabalho, selecionou-se os trechos das entrevistas que foram abordados de forma mais recorrente pelos(as) entrevistados(as), ou seja mais significativos e explicativos das questões investigadas, os quais buscam contribuir para a compreensão da problemática estudada e elucidar os objetivos da pesquisa (PEREIRA, 1998). As respostas abertas possibilitadas por esse método contribuíram para uma análise mais ampla e aprofundada, permitindo reflexões e novas compreensões sobre o tema. As respostas fechadas foram tabuladas através da estatística descritiva e auxiliaram a responder os objetivos específicos da pesquisa.

Foi disponibilizado aos entrevistados dessa pesquisa a leitura e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) redigido em linguagem clara e acessível aos participantes. Conforme exige a Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), toda pesquisa efetuada em seres humanos deve conter um TCLE, que ao ser assinado, autoriza o pesquisador a realizar os procedimentos previstos na metodologia (BRASIL, 2012).

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **5.1. Contextualizando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Para atingir de maneira mais efetiva os objetivos deste trabalho, se faz necessário, primeiramente, que se contextualize através de revisão bibliográfica a atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em especial no que se refere à agricultura familiar e a agroecologia.

Revisando seu histórico, a extensão rural no Brasil foi iniciada no final da década de 40 como um serviço privado ou paraestatal. Devido às tendências oriundas da revolução verde essa prática acompanhava um modelo difusionista, sem a valorização do saber campestre, e incentivava a “modernização do campo” através da implementação de práticas produtivas que nem sempre prezavam a sustentabilidade.

Em 1956, com o apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

Ao financiar a compra dos produtos modernos como adubos químicos, vacinas e equipamentos para sua aplicação, máquinas agrícolas, filtros, sementes melhoradas, etc., o crédito favoreceu a expansão capitalista no campo, transformando os extensionistas em ‘camelôs das multinacionais’. Portanto, foi utilizando métodos educacionais que a extensão rural atendeu aos interesses capitalistas. (SANTOS, 1993).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004), em 1990 o governo do Presidente Fernando Collor de Mello abandonou claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no país. Este afastamento do estado nacional resultou em um forte golpe aos serviços levando a uma crise sem precedentes na ATER oficial, que foi tanto maior quanto mais pobres eram os estados e municípios. Com isso, restringiram-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribuiu para ampliar a exclusão social no campo.

Apesar de terem surgido várias iniciativas visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não governamentais e por organizações de agricultores, somente treze anos depois o Estado reassumiu o compromisso de oferecer uma extensão rural gratuita que atendesse as demandas dos agricultores familiares e que fosse coerente com as estratégias de desenvolvimento do país.

No ano de 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi instituída a PNATER, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com um caráter bastante transformador quando comparada com a extensão rural que era preconizada até aquele momento, a começar pela maneira como foi construída:

...um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários envolvendo

representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e redundou no documento que sintetiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004).

Os cinco princípios norteadores da PNATER são:

- Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2004).

Sendo assim, percebemos que a PNATER foi construída de maneira democrática, com a participação de diversos atores sociais relacionados, e que seus princípios são abrangentes e direcionados para promover o bem-estar dos agricultores através do incentivo de práticas sustentáveis, alinhadas com os princípios da agroecologia.

No entanto, fica a dúvida se o Estado e seus agentes estão preparados para enfrentar uma transição tão grande no seu modo de atuar e se esses princípios, que muitos consideram utópicos, podem ser efetivados na prática.

Alguns estudos avaliativos foram realizados desde a implementação da PNATER, como por exemplo, o realizado por Vieira e Laforga (2008), que analisou a atuação de extensionistas no Município de Campo Novo do Parecis no Mato Grosso e corroborou as dificuldades de implementar a nova política pública de ATER na prática.

Para Dias (2007) o extensionismo proposto na PNATER é um cenário possível, desde que o Estado desenvolva mecanismos de avaliação e monitoramento da ATER. Por enquanto, estes mecanismos não existem. Prevalece a trajetória histórica de cada instituição, a força dos *habitus* e o modo como cada um lida com a inovação proposta.

## **5.2. Contextualizando a extensão rural no estado de Santa Catarina e na região Oeste**

Apesar de existirem muitas instituições que estão direta ou indiretamente ligadas à extensão rural agroecológica no Estado de Santa Catarina, se optou por envolver nesse estudo apenas aquelas com maior relevância na região Oeste Catarinense, em especial as relevantes para o grupo participante desse estudo, ou seja, aquelas instituições que foram mencionadas pelos agricultores e que possuem impacto significativo em suas vidas. São elas: a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), a Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (Unitagri), a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) e o Centro de Apoio e Promoção de Agroecologia (CAPA).

### **5.2.1. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri)**

No estado de Santa Catarina, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) é o principal órgão público responsável por implementar a PNATER. A Epagri foi formada em 1991 com a junção de quatro empresas estaduais: Empasc (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A.), Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), Acarpesc (Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina) e Iasc (Instituto de Apicultura de Santa Catarina). Com a fusão das empresas, foram fundidos também os serviços de pesquisa agropecuária e extensão rural (ABREU; FRANÇA; SINZATO, 1999).

O primeiro programa sistemático e de abrangência estadual que foi desenvolvido pela Epagri visando realizar atividades de cunho ambiental foi denominado Microbacias I, sendo executado entre os anos de 1991 a 1999. Segundo a Epagri (1994), microbacia é uma área ou unidade espacial mínima integrante de um sistema hidrográfico maior (bacia ou sub-bacia), cujos limites são constituídos pelas vertentes ou divisores de água e a vazão efluente ocorre diretamente em outro rio ou canal.

As microbacias hidrográficas eram as unidades de planejamento onde se realizavam práticas de manejo e conservação de água e solo. O principal objetivo das ações era o de reduzir o impacto ambiental ocasionado pelo modelo de desenvolvimento agrícola adotado durante a Revolução Verde.

No entanto, durante esse programa, os profissionais envolvidos também evidenciaram que existia uma problemática muito séria relacionada à desigualdade social no meio rural, reflexo da corrente “modernizadora” que implantou a monocultura, o uso intensivo de insumos químicos, a mecanização dos processos agrícolas e a produção em larga escala.

De acordo com Simon (2003), a extensão rural em microbacias hidrográficas, até a finalização do Projeto Microbacias I, não se mostrou suficiente para desencadear um movimento multidimensional, criar novos estilos de vida e orientações do conhecimento científico tecnológico, ou ainda modificar os conteúdos da educação formal e não formal. Entretanto, não se pode negar a abertura de novos espaços de concentração de interesses e de modos de gestão dos recursos naturais em especial no meio rural.

Por conta desta constatação, o segundo ciclo do Microbacias (2002-2009) passou a ter um novo direcionamento: reduzir a pobreza rural catarinense com ações integradas para o desenvolvimento econômico, ambiental e social do território. O foco principal passou a ser a inclusão e a organização dos agricultores familiares mais marginalizados e empobrecidos do meio rural em grupos, associações e cooperativas, no intuito de criar condições para que eles não migrassem para o meio urbano (RIBEIRO, 2015).

O programa SC Rural que está atualmente em andamento e deve ser finalizado em setembro de 2016 representa o terceiro ciclo de ações de extensão na Epagri. Esse programa é uma iniciativa do Governo de Santa Catarina com financiamento do Banco Mundial - BIRD, onde são propostos novos desafios, apoiando planos e projetos com um enfoque amplo que pode envolver um município, um grupo deles e mesmo uma determinada região.

O objetivo geral deste programa é aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas. As atividades do programa envolvem áreas como crédito, logística, transporte, comunicação, capacitação tecnológica e gerencial, gestão ambiental, gestão de qualidade, defesa sanitária e outras, que induzem a criatividade e a inovação para o desenvolvimento de empreendimentos familiares agrícolas, não agrícolas, agroindustriais ou de serviços (SCIREA; CERON, 2015).

Segundo dados do Governo de Santa Catarina (2015) , em cinco anos de execução, o Programa SC Rural implementou 393 planos de negócios, chamados de Projetos Estruturantes, que beneficiaram 6.318 famílias; apoiou a melhoria de sistemas de produção para mais de 32 mil agricultores; capacitou 753 jovens com cursos em empreendedorismo socioambiental e inclusão digital; credenciou 2001 propriedades rurais no Sistema de Certificação Fitossanitária; contribuiu com a adequação e formalização de 236 empreendimentos agroindustriais já existentes e apoiou a criação de 86 novos empreendimentos da agricultura familiar.

A Secretaria Executiva Estadual do SC Rural, vinculada à Secretaria da Agricultura e da Pesca, está elaborando a proposta para renovação do programa com novas metas e objetivos em 2016. Entre as demandas levantadas estão criar uma legislação ambiental e fitossanitária que atenda ao agricultor familiar, priorizar a assistência técnica voltada ao jovem agricultor e acompanhar e fortalecer as agroindústrias atendidas (SCIREA; CERON, 2015).

Na mesorregião Oeste do estado a Epagri atua através de oito gerências regionais, com quatro centros de treinamento e um centro especializado em agricultura familiar.

É importante destacar que é no âmbito desses programas que surgem algumas iniciativas importantes orientadas para a prestação de serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural com fins agroecológicos. Embora não se verifique no processo de gestão desses referidos programas, ao longo dos anos de execução, a priorização institucional e em âmbito estadual com alocação de recursos e técnicos qualificados para a execução de atividades agroecológicas, verifica-se que vários profissionais da Epagri, muitas vezes por iniciativa própria, acabaram se envolvendo em determinados municípios com iniciativas de capacitação, pesquisa participativa e de extensão rural vinculados com os princípios da agroecologia.

### 5.2.2. Unitagri

A Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (Unitagri) é uma cooperativa de trabalho na prestação de serviços agropecuários e ambientais, que conta com mais de 700 associados. Ela foi instituída no município de São Ludgero (SC) em 13 de outubro de 1996, por um grupo de Técnicos Agrícolas, ligados a ATASC - Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, hoje sua sede encontra-se na cidade de Camboriú-SC (UNITAGRI, 2015).

Os principais serviços prestados pela cooperativa são:

- Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar e empreendimentos no complexo rural, no setor pesqueiro e aquícola, inclusive com projetos de crédito.
- Atuar em projetos de formação e qualificação profissional, presencial e à distância e também na promoção e organização de eventos do complexo rural.
- Atender à demanda por serviços multi-profissionais que envolva produção, assistência técnica, aplicação e ou utilização de insumos rurais; atividades de exploração rural: o processamento, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos de origem vegetal, animal, agroindustrial e seus subprodutos.
- Prestar serviços de classificação, controle de qualidade e fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial, inclusive certificação de produtos agroecológicos.
- Atuar em projetos de gestão e manejo ambiental, implantação de projetos de jardins, consultoria e assessoria em projetos ambientais, paisagísticos e de crédito (UNITAGRI, 2015).

Atualmente a UNITAGRI atua em 22 municípios, incluindo alguns na região Oeste Catarinense. O destaque nas ações dessa região fica para a Chamada Pública de Ater de Agroecologia, que tem sido focada especialmente na produção do leite orgânico.



### **5.2.3. Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)**

A atuação das ONGs a partir dos anos 90 faz parte das ações coletivas que começaram a surgir voltadas para a busca de alternativas na agricultura familiar da região Oeste Catarinense. Neste contexto, cabe destacar o papel desempenhado pela APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), ONG regional de assessoria a grupos de cooperação agrícolas na região oeste de Santa Catarina, criada em novembro de 1989, com sede no município de Chapecó (BADALOTTI; CUNHA, 2015).

A APACO é formada e dirigida por grupos de agricultores familiares que se organizam e desenvolvem atividades de forma cooperada. Ela contou com o apoio decisivo do movimento sindical, popular e da igreja para implementar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na solidariedade e sustentabilidade. Sua fundamentação está na agroecologia e na agroindústria familiar associativa de pequeno porte como sistema mais durável e busca melhores condições de vida para os agricultores e mais justiça para todos os envolvidos no processo produtivo (APACO, 2015).

Segundo Badalotti (2003), entre os principais programas agroecológicos da associação se destacam a produção de sementes de milho crioulo, produção de leite a base de pasto e a suinocultura ao ar livre. A ONG oferece também assistência técnica aos agricultores realizando orientações sobre agroindústrias familiares, comercialização e técnicas produtivas em geral, além de promover cursos e eventos para debates de temáticas relacionadas à agroecologia.

O funcionamento dos programas da APACO e principalmente a assistência técnica aos grupos de cooperação, constitui-se de uma estrutura capilarizada, na medida em que a associação depende de parcerias com diferentes agentes, como a Epagri, prefeituras municipais, sindicatos e cooperativas de crédito. Em alguns municípios, a APACO conseguiu estabelecer uma parceria com as prefeituras e com a EPAGRI, no sentido de garantir uma assistência técnica mínima aos agricultores familiares. Esta parceria se dá muito em função dos interesses em comum dos parceiros e principalmente, dos profissionais extensionistas, que se identificam com os princípios da cooperação e da agroecologia (BADALOTTI, 2003).

#### **5.2.4. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)**

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com atuação nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Criado em 1978, iniciou suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA, 2015).

A ONG apoia projetos e programas sociais por meio de financiamento, acompanhamento e avaliação. O apoio à existência do CAPA, na maior parte, vem do Serviço Evangélico de Desenvolvimento (EED), com sede em Bonn, na Alemanha, uma organização que visa o desenvolvimento sustentável (IDE, 2008).

A proposta do ONG se fundamenta na disseminação de práticas econômica e ecologicamente sustentáveis, entre famílias produtoras rurais, oferecendo alternativas para a permanência no campo.

Atualmente, o CAPA atende agricultores familiares, agricultores assentados, quilombolas, indígenas e pescadores profissionais artesanais, organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Sua atuação se dá em diferentes regiões dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por meio de cinco núcleos ligados em rede (CAPA, 2015).

A equipe técnica de extensão rural do CAPA é multidisciplinar, integrada por técnicos e profissionais de várias áreas, e presta apoio aos agricultores familiares organizados através de quatro áreas prioritárias, além de um programa de desenvolvimento institucional: apoio à produção (cooperação agrícola, solos, produção vegetal e animal, bancos de sementes e mudas, administração e gestão), apoio à saúde (plantas medicinais, farmácia comunitária caseira, alimentação integral, organização da saúde da mulher, políticas de saúde), apoio à comercialização (cooperativismo, agroindústrias, acesso a mercados, políticas públicas) e formação e educação (cursos técnicos, seminários com jovens e agricultores, viagens de estudo, encontros e troca de experiência) (IDE, 2008).

As principais intervenções através das quais as equipes dos núcleos regionais provocam avanços e mudanças nas realidades do seu público alvo ocorrem nos seguintes contextos:

- Apoio na criação e estruturação de grupos coletivizados associações e cooperativas;

- Apoio nos processos de formação permanente, por exemplo, nos temas de comercialização, associativismo, cooperativismo;
- Apoio e facilitação em processos de produção e comercialização de produtos ecológicos;
- Elaboração de materiais técnicos/didáticos e sistematização de informações;
- Fomento de experiências piloto como, por exemplo, a Rede de Comercialização Solidária/Merenda Escolar;
- Estímulo a um fundo de apoio comunitário para pequenos projetos, buscando o processo de fortalecimento de iniciativas de grupos de base;
- Atuação como agente político animador das organizações dos agricultores para formular e lutar por políticas públicas; promoção do protagonismo dos agricultores e suas organizações
- Prestação de serviço em programas governamentais, como no Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos;
- Apoio na pesquisa agroecológica, muitas vezes em parceria com instituições de pesquisa como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e iniciativas de agricultores.

(IDE, 2008)

A região Oeste Catarinense está contida na área atendida pela ONG e os profissionais do CAPA receberam menções positivas dos participantes desse estudo oriundos do município de Descanso.

### **5.3. Análise do modelo demandado e das necessidades em relação à extensão rural para os agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos da região oeste de Santa Catarina**

Dentre os objetivos específicos desse estudo está o de compreender o modelo de extensão rural demandado pelos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos da região oeste de Santa Catarina, verificar se esse modelo se correlaciona com a atual política de ATER e se estas demandas estão sendo alcançadas quantitativamente e qualitativamente. Para as demandas não atendidas se pretende investigar os fatores que contribuem para essa realidade.

Já tendo contextualizado a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, prosseguimos para o entendimento da demanda dos agricultores, que foi realizado analisando as entrevistas semi-estruturadas do estudo em questão.

Foram identificados dez aspectos chaves que fazem parte do modelo demandado pelos agricultores, notando-se que a ordem de apresentação não representa uma maior relevância do tópico. Esses aspectos apontados pelos agricultores familiares entrevistados são:

- 1) Visitas presenciais individuais nas unidades de produção, que ocorressem quinzenalmente, tivessem continuidade e não fossem vinculadas a empresas privadas.
- 2) Métodos demonstrativos e práticos de aplicação de técnicas produtivas.
- 3) Extensionista com motivação para buscar informações sobre os conhecimentos que lhe faltam e comprometimento em apoiar a família.
- 4) Consultar os agricultores sobre suas demandas de informação para a produção orgânica e promover cursos compatíveis.
- 5) Ações de extensão para incentivar a participação dos jovens e a sucessão rural.
- 6) Ações para possibilitar a existência de folgas, férias e mais opções de lazer nas comunidades rurais.
- 7) Ações de extensão rural para facilitar a comercialização diferenciada dos produtos como agroecológicos.
- 8) Ações de extensão rural para promover a aceitação da comunidade local em relação à produção agroecológica.
- 9) Incentivo a políticas públicas e legislações mais diferenciadas para a agricultura familiar agroecológica, assim como acompanhamento na adequação dos agricultores ao sistema vigente.
- 10) Promover o apoio das lideranças e entidades em relação à produção agroecológica.

Os dez tópicos apresentados acima serão aprofundados a seguir, sendo ilustrados com as falas problematizadoras dos agricultores e extensionistas, e também com reflexões da literatura referente às temáticas da pesquisa. Serão analisadas as correlações das demandas com a nova política da PNATER, assim como se essas necessidades estão sendo

atendidas e os motivos que dificultam a concretização da extensão rural para as famílias de agricultores agroecológicos no Oeste Catarinense.

### 5.3.1. Visitação individual

A grande maioria dos agricultores entrevistados expressou a necessidade de receber um serviço de extensão rural de maneira individual e presencial, com visitas nas unidades de produção, como demonstra esse agricultor do município de Xanxerê:

Deveria ter uma assistência individual, um técnico que trabalhasse com as famílias, mas não naquele sistema de grupo. Porque as vezes a gente está em oito, dez e cada um produz uma coisa, as técnicas são diferentes. Tem dois técnicos ali (na Epagri), mas fazem trabalho de escritório. As vezes sai fazer alguma palestra, fazem alguma reunião, alguma coisa, mas trabalho individual, estão deixando a desejar. Praticamente dá pra dizer que não existe. (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)

Analisando os dados dos questionários constatou-se que 25% dos agricultores não recebem visitas individuais de um extensionista, 40% recebem visitas individuais em um intervalo de tempo que varia de 1 ano a três meses, 30% recebem visitas individuais cerca de uma vez por mês e 5% recebem uma visita individual semanalmente.

A frequência das visitas não foi considerada ideal para a maioria dos agricultores: 65% dos entrevistados indicaram que estas deveriam ocorrer quinzenalmente, 25% sugeriram que fossem realizadas mensalmente e 10% semanalmente. A insatisfação em relação a esse aspecto está presente em vários depoimentos:

Eles não vem aqui, só convidam pra curso de fruta, distribuem sementinha que não nasce, coisa que pra mim é pra inglês ver. (Agricultor 07 – Município de Itá)

Eu só conheci o técnico quando acessei o PRONAF porque eles tem que fazer uma visita por ano pra ver como está a propriedade. Se não, eu nem conhecia. (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)

Eles (os extensionistas) são bem esforçados, mas não tem muito tempo de vir, não conseguem dar a volta por tudo. Tinha que ter mais técnico. (Agricultor 03 – Município de Xanxerê)

Dados da Asbraer (2014) que analisaram 293 municípios de Santa Catarina informam que existem 757 extensionistas de campo na Epagri, para atender um total de 168.544 agricultores familiares. O resultado disso é que um técnico é responsável em média por visitar 223 famílias, número que é mais do que o dobro do recomendado por Caporal e Ramos (2006), o que explica em partes a grande dificuldade em efetuar essa prática em uma frequência ideal e demandada pelos agricultores.

Os extensionistas da região oeste de Santa Catarina que participaram desse estudo também se manifestaram corroborando essa hipótese: 80% deles julgam que a frequência com que podem realizar visitas às famílias não é a ideal e 90% alegaram ser insuficiente o número de técnicos em suas instituições para atender a demanda local, como afirmam em depoimentos:

O número de famílias que precisamos atender está muito além do que seria o ideal para prestar um atendimento de qualidade com tempo e retorno adequados. (Extensionista 03)

A maior dificuldade ainda que eu vejo não reside tanto na capacitação, mas na deficiência de técnicos nos municípios para atender a demanda existente, sendo que no caso dos orgânicos, exige visitas mais periódicas nas propriedades e acompanhamento técnico mais intensivo. (Extensionista 02)

Além do grande número de famílias, grande parte dos extensionistas de campo ainda está sobrecarregada com funções administrativas difíceis de serem negligenciadas, como relata essa profissional:

Hoje abraçamos uma porção de atividades e eu não sei dizer quantos agricultores concordam com tudo o que a gente faz, mas ouço muito deles que o lugar do técnico é no campo, e sei que eles estão corretos. Existe a necessidade da execução de políticas públicas e execução de outros projetos para captação de recursos financeiros, a empresa precisa sobreviver também, é uma questão complexa. O que não se pode é deixar é que a agricultura familiar pague a conta no final. (Extensionista 03)

Segundo a Asbraer (2014) há carência de recursos para contratação e qualificação dos extensionistas, para melhorias nas condições de trabalho e para modernização da infraestrutura. Isso compromete sobremaneira a capacidade operacional das entidades de ATER.

Correlacionando essa demanda com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural constata-se que esta política busca garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país (MDA, 2004).

Infelizmente, nesse estudo constatou-se que isso não está sendo alcançado na prática. Em contraste com o que alega a diretriz, o desabafo de uma agricultora do município de Xanxerê ilustra esta lacuna:

O pessoal do interior tem vontade, só que não tem ajuda, não tem aquelas pessoas que dizem 'ó te dou uma mão'. Assistência técnica que falta pra gente tudo. Que dinheiro acho que com certeza o governo tem, mas aonde que fica? Não sei.  
(Agricultora 04 – Município de Xanxerê)

No entanto, é importante destacar que foram observadas na pesquisa diferenças significativas entre os municípios, percebendo que em alguns deles como Descanso, Anchieta e São Domingos a extensão rural é mais presente e os agricultores agroecológicos estão mais bem estabelecidos do que em municípios como Itá, Seara e principalmente Xanxerê. Uma das possíveis causas dessa diferença pode ser o número de famílias que cabe a cada extensionista atender, mas outras hipóteses explicativas serão aprofundadas mais adiante.

Outro aspecto sobre as visitas individuais indicado pelos agricultores é o de que esse serviço deveria ser público e desvinculado de empresas privadas, pois a presença da assistência técnica atrelada ao capital não zela pelos interesses genuínos das famílias. Ou seja:

Assistência quem vem aqui é do vendedor. 'Esse é bom'. Não sei se é bom pro bolso dele ou pra nós. É o único e tem que dar graças a Deus que ele vem.  
(Agricultor 03 – Município de Xanxerê)

Segundo Miele e Waquil (2007), a assistência técnica oferecida pelas agroindústrias em Santa Catarina é o principal instrumento de monitoramento e transmissão de informações, prevista na maioria dos contratos assinados com as empresas, e amparada pela cláusula que estabelece livre e permanente acesso da agroindústria às instalações.

Uma agricultora do Município de Itá fala sobre sua relação com os técnicos de uma grande agroindústria com a qual ela tem uma parceria de suinocultura, apesar de seus planos em se dedicar futuramente apenas à produção orgânica:

Os técnicos são muito enjoados, ‘ah tu tem que fazer isso, fazer aquilo’, escravo deles! As vezes tu tá lá trabalhando na horta, aí vem o técnico e tu tem que parar e fica ali falando baboseira a manhã inteira. A gente é escravo das empresas, né? (Agricultora 07 – Município de Itá).

### **5.3.2. Demonstrações práticas**

Além de terem destacado a importância das visitas individuais, muitos agricultores familiares também ressaltaram a relevância de métodos demonstrativos coletivos de extensão rural, que atualmente estão sendo pouco efetuados:

Eu acho que alguma coisa que fosse demonstrativa na comunidade seria interessante. O profissional viria na comunidade e a gente poderia fazer em umas áreas mais pequenas. ‘Vamos fazer uma demonstração disso e daquilo’. Aí tu não explica só pra mim, tem a comunidade pra discutir, que hoje não acontece. (Agricultor 07 – Município de Itá)

Nos anos 70, 80, tinham aquelas lavouras selecionadas que eles (os extensionistas) faziam. Tu plantava e depois colhia, fazia aquela prova real. Tu pegava um hectare e caprichava. Agora não tem mais isso. (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)

Segundo Biesdorf e Amador (2009), essas lavouras demonstrativas eram utilizadas pela ACARESC para ensinar o colono a lidar com as novas técnicas de produção. A própria comunidade escolhia o agricultor que teria o interesse em ceder uma área para fazer a lavoura demonstrativa. A partir desse ponto, se desenvolviam todas as demais etapas, desde a escolha do terreno, preparo do solo, o uso de adubação e no final a colheita. Esta era a forma de o agricultor constatar as vantagens de investir na lavoura, pois, ao



mesmo tempo se fazia um comparativo de resultados com uma área onde não tinha sido utilizada a tecnologia.

Em uma perspectiva orientada por princípios agroecológicos, os depoimentos indicam a necessidade de realização de Unidades de Experimentação, descritas por Ruas (2006) como uma metodologia participativa de extensão rural cujo objetivo é conhecer técnicas e avaliar seus resultados econômicos, sociais e ambientais, refletindo sobre as vantagens de seus resultados quando comparados com as tecnologias utilizadas anteriormente.

Correlacionando com as diretrizes da PNATER verificamos que esses métodos também estão presentes na política. Segundo o MDA (2004), uma das orientações é promover abordagens metodológicas que sejam participativas e utilizem técnicas vivenciais, estabelecendo estreita relação entre teoria e prática, propiciando a construção coletiva de saberes, o intercâmbio de conhecimentos e o protagonismo dos atores na tomada de decisões.

A pouca frequência ou ausência do emprego dessa metodologia pode estar relacionada, assim como a visitação individual, ao número insuficiente de extensionistas atuantes. A falta de capacitação dos técnicos em práticas para a agricultura agroecológica também pode contribuir.

### **5.3.3. Motivação e capacitação do extensionista rural**

Em relação à percepção dos agricultores sobre a capacitação do extensionista, isso varia de município para município. Os depoimentos a seguir ilustram esse aspecto:

Posso ser bem franco? Eu tô tendo que ensinar o técnico quando ele vem aqui. Ele vem com cada balão! (Agricultor 07 – Município de Itá)

Esse ali (extensionista) entende de agroecologia e não tem preguiça de fazer as coisas. Ele me ajudou a plantar as fruteiras ali, a fazer canteiro. Trouxe outros agricultores aqui pra ver depois, pra ensinar. (Agricultora 16 – Município de Anchieta).

Nós temos bastante acesso a informações sobre orgânicos porque o nosso engenheiro agrônomo é muito bom nisso, projetos e tal. (Agricultor 12 – Município de Descanso)

Falta conhecimento mesmo. Aqui no município você não acha um técnico que saiba te dizer como funciona a horta orgânica. ‘Não, liga pra fulano, bla bla bla’.  
(Agricultor 05 – Município de Xanxerê).

Para os extensionistas que participaram dessa pesquisa, a carência de capacitação dos profissionais foi um aspecto de bastante relevância, como se percebe em depoimentos onde foram levantadas algumas sugestões para melhorar o quadro:

Capacitar os técnicos nas diversas áreas de produção, processamento, comercialização e normas de certificação; toda a cadeia tem carência na área dos orgânicos, porém, a assistência técnica não é especializada para tal, ou seja ATER específica para atender as necessidades na área dos orgânicos; poderá ser construído começando com a formação na área dos orgânicos no período da graduação. Também, formação permanente para os agentes de ATER.  
(Extensionista 04)

Capacitar de acordo com as demandas regionais, mas principalmente no controle de pragas e doenças. Disponibilizar técnicos específicos para a agroecologia em cada região. Áreas de carência: controle de pragas e doenças, adubação específica e produção de sementes. O conhecimento poderia ser construído com as entidades de extensão e universidades, com apoio dos movimentos sociais. (Extensionista 09)

A falta de fundos para a capacitação também foi mencionada por um dos profissionais que atua na UNITAGRI:

Nossa Organização trabalha com Chamadas de ATER via MDA, onde nessas chamadas não se prevê financiamento pelo MDA de capacitações, sendo que as capacitações que acontecem, são de iniciativas próprias, ficando às vezes deficientes. (Extensionista 07)

Quando questionados, 40% dos extensionistas que participaram desse estudo afirmaram que a instituição que trabalham não fornece capacitação suficiente para a atuação com agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos.

Deve-se destacar que para os agricultores a falta de conhecimento no manejo da produção orgânica não era considerada um problema crítico, desde que o extensionista

possuísse motivação e disponibilidade em futuramente buscar informações para sanar as dúvidas da família. Isto é:

Eu percebo que muitos técnicos até tem conhecimento, mas assim limita-se a aquela cadeia produtiva. E é muito do perfil do técnico, às vezes o cara tem o conhecimento e não transmite, mas outras o cara é mais limitado, mas vai buscar e traz até a gente pra fazer o trabalho. (Agricultor 10 – Município de São Domingos).

Esse comprometimento em buscar respostas e zelar pelo bem-estar da família está também expresso na PNATER de forma menos implícita, afirmando que a obtenção de resultados esperados estará subordinada ao efetivo comprometimento dos assessores técnicos com as dinâmicas sociais locais, e dos diversos públicos da extensão, e suas organizações, com os objetivos individuais e coletivos que venham a ser estabelecidos (MDA, 2004).

No entanto esse comprometimento e motivação muitas vezes são dificultados pela rotina de trabalho do extensionista, como desabafa essa profissional:

É quase insano trabalhar com extensão rural atualmente. Você chega na propriedade, percebe que a família tem problemas de convivência, não tem sucessor, não querem fazer mais investimentos pois estão endividados com sistemas de parceria com empresas, trabalham mais de doze horas por dia, não tem férias, estão desmotivados e não tem tempo/interesse para participar de capacitações, encontros, etc. Por outro lado, você chega em outra propriedade, encontra o jovem super motivado, percebe que a família trabalha e planeja unida, tem um sistema de produção que lhes permite horas de descanso, tiram férias, viajam, estão sempre dispostos a se envolver em novas atividades, capacitações, formam grupos de discussão, tem espírito de liderança, etc. Para conseguir lidar com essas diferentes realidades e saber o que fazer em cada caso, é preciso estar capacitado, ter recebido uma boa formação e ter perfil. É preciso ter desejo pela Extensão. E além do quadro de profissionais ser enxuto, ainda tem profissionais que não tem esse perfil, que estão desmotivados pelo excesso de demandas, ou outras questões. (Extensionista 03)

#### 5.3.4. Capacitação dos agricultores familiares

Os agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos entrevistados consideraram que o acesso a informações sobre o manejo da produção orgânica deveria ser mais facilitado e que poderia haver uma oferta maior de cursos de capacitação. Esses cursos precisariam estar vinculados às necessidades reais das famílias. Vejamos algumas falas ilustrativas dos agricultores entrevistados:

Poderia ter curso de tudo, desde a produção da muda até a colheita, o beneficiamento, falta mais informação. (Agricultora 09 – Município de São Domingos)

Pra nós falta curso na questão do solo (Agricultora 11 - Município de Descanso)

Um curso que seria excelente seria homeopatia (Agricultora 14 - Município de Descanso)

Precisava ter mais curso para as pessoas aprenderem como que lida, né? No tratamento, nas pragas. (Agricultora 04 - Município de Xanxerê)

Todas as famílias entrevistadas, sem exceção, afirmaram que o conhecimento que detinham sobre o manejo agroecológico não era suficiente e que necessitavam de capacitação.

O cumprimento desse aspecto também está presente na PNATER proposta pelo governo federal, ao se afirmar que a metodologia para a ação da Ater pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis.

Considero importante salientar que para que esses cursos estejam alinhados aos princípios agroecológicos devem valorizar o conhecimento local e utilizar estratégias para que o conhecimento seja construído tendo os agricultores como protagonistas. Não se deve adotar um modelo de curso ultrapassado como o difusionista, que consideraria o agricultor como um mero receptor de informação e o extensionista como o detentor de todo o conhecimento. Informações sobre a metodologia participativa de construção de

conhecimentos podem ser encontradas em diversos trabalhos como Freire (1992) e Kummer (2007).

Segundo Silveira (1993), a metodologia difusionista recomendava que os técnicos utilizassem expressões persuasivas, para "vender o peixe" e com o fim de valorizar as novas técnicas frente aos agricultores. Esta ação obedece a um modelo conhecido e definido pela teoria de difusão de inovações. Nesta proposição, a valorização do saber novo se opera em detrimento do antigo saber. Vale dizer, o novo saber desqualifica o antigo saber, que é aquele tradicionalmente conhecido pelo agricultor.

Quando correlacionamos o aspecto da capacitação dos agricultores com a PNATER, verificamos que ele está contido nas diretrizes da política ao assumir o compromisso de formular, coordenar e implementar políticas de capacitação e profissionalização de agricultores familiares (MDA, 2004).

Retornado à problemática, a dificuldade de fornecer a tão necessária capacitação demandada pelos agricultores pode ser explicada pelo número insuficiente de profissionais atuando na extensão rural, como visto nos dados da Asbraer (2014) já analisados no tópico referente à Visitação Individual. Outra suposição que poderia contribuir seria a de que há pouco investimento em pesquisas na área da agroecologia e que as conclusões desses estudos raramente são apresentadas aos agricultores por órgãos de extensão rural.

Um dos reclames que eu faço hoje é que principalmente a Embrapa poderia ter mais pesquisadores nessa área (de produção orgânica). Eu acho que isso, as tecnologias, às vezes ficam muito na Epagri, na Embrapa e não chegam aqui, não se ramificam. Então muitas técnicas tinham que ter treinamento, então isso é uma limitação que devia ser mais difundido, né? (Agricultor 10 – Município de São Domingos)

Existe uma dificuldade de dinamização do conhecimento agroecológico nos espaços acadêmicos mais consolidados, a proposta fica se reciclando entre um número reduzido e permanente de profissionais reconhecidos por sua alta contribuição ao tema. Confrontada com outras realidades, a pesquisa clássica poderia produzir melhores resultados, desde que fosse operada “por demanda” e não mais a partir de uma oferta nascida apenas de estratégias das agências fomentadoras da pesquisa nas instituições tradicionais de experimentação, estas, muitas vezes, distanciadas das realidades do “mundo rural”. (ALMEIDA, 2003).

Encarando esse desafio, a Epagri tem realizado esforços para desenvolver pesquisas participativas orientadas para a agroecologia. Segundo Guadagnin (2010), O desenvolvimento de trabalhos de Pesquisa, Extensão e Aprendizagem Participativa (PEAP), realizados em Santa Catarina desde 2005, foi proposto pela Epagri através do componente Pesquisas e Estudos do projeto Microbacias II com a implementação de 10 projetos-piloto realizados nas diferentes regiões do estado. Os temas e produtos inicialmente investigados nestes projetos-piloto foram apenas motivadores de cada processo, no sentido de fortalecer as comunidades rurais na construção social de conhecimento em parceria com outros atores. O objetivo deste processo é oportunizar e desenvolver as capacidades locais de “aprender a aprender” e desta forma lidar com qualquer questão ou tema que possa limitar a possibilidade de desenvolvimento sustentável de uma comunidade ou território.

### **5.3.5. Ações para incentivar a participação dos jovens e a sucessão rural**

Um aspecto de extrema importância que também foi elencado no modelo de extensão rural almejado pelos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos do Oeste Catarinense, foi a necessidade de ações voltadas para promover a participação dos jovens e a sucessão rural nas propriedades.

A sucessão rural é definida por Abramovay (2001) como o processo de transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio. Segundo Aguiar e Stropasolas (2010), na mesorregião Oeste Catarinense, o processo de transição das tarefas de gestão da propriedade enfatiza a passagem gradual das responsabilidades que envolvem a gestão da unidade familiar no seu conjunto, havendo casos em que a transferência de gerenciamento da propriedade ocorre com os pais ainda vivos.

Por uma série de motivos, os padrões sucessórios alteraram-se, e as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural oferece não têm garantido a permanência da juventude rural nas propriedades dos pais. Ou seja, o meio rural está envelhecendo e os agricultores estão enfrentando dificuldades para produzir renda suficiente e regular (OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2009).

A não permanência é ainda maior no caso das moças, que têm migrado para as cidades em busca de trabalho ou de formação educacional. Segundo Hernández (2010),

esse fenômeno pode ser explicado por diversos fatores ligados às dinâmicas intrafamiliares, tais como questões referentes à sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários, à divisão sexual do trabalho e à invisibilidade do trabalho feminino, que têm provocado uma maior masculinização do meio rural brasileiro.

Diante desses obstáculos, a permanência dos jovens nas propriedades é dificultada e muitas vezes os impede de vislumbrar o meio rural como um local adequado para o projeto de suas vidas. Um dos agricultores entrevistados do Município de Seara evidenciou a necessidade de mostrar ao jovem através da extensão rural que a agricultura também tem seus benefícios, assim como os empregos urbanos também possuem desvantagens:

Eu acho que, não sei se isso se chamaria de extensão rural, mas demonstrar que existe um lado bom da vida também. Porque tudo que se fala da agricultura é coisa ruim, que tem que trabalhar muito, que não pode fazer o preço, mas também se tu vai se empregar numa empresa grande tu não pode fazer salário. Acho que é uma questão de cultura ainda, vai demorar um pouco ainda, mas alguém tem que demonstrar o outro lado. (Agricultor 08 – Município de Seara)

Novamente essa necessidade também está contemplada na Política Nacional de Extensão Rural (PNATER), constando que se devem viabilizar ações de ATER dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão (MDA, 2004).

No entanto, os esforços realizados nesse sentido pela extensão rural foram vistos como não suficientes para a maior parte das famílias. Em relação à sucessão dos próprios filhos, o levantamento realizado com os entrevistados desse estudo demonstrou que em 50% das propriedades existem sucessores, em 35% dos casos não haverá sucessão e para 15% o futuro da sucessão ainda é incerto.

Há de se destacar ainda que a maior parte das propriedades que apresentaram prováveis sucessores, são aquelas que já possuem a certificação para a produção orgânica ou estão em estado avançado no processo de conversão das suas propriedades. Pode-se supor que a qualidade de vida e o maior valor agregado da produção sejam fatores atrativos para a permanência dos jovens. Uma agricultora do Município de Descanso manifestou sua opinião sobre o tema:

Se o jovem tiver interesse acho que a agroecologia contribui pra ele ficar. Eu acho que a saída para a pequena propriedade é a agroecologia. (Agricultora 14 – Município de Descanso)

Corroborando esse raciocínio, um estudo realizado por Oliveira e Schneider (2009) no município de Ipê (RS) revelou resultados interessantes demonstrando que o número de jovens vivendo e trabalhando nas unidades produtivas e a perspectiva de sucessão hereditária eram maiores nas famílias de agricultores orientadas por princípios agroecológicos se comparadas com famílias de agricultores produzindo de maneira convencional.

No entanto, de maneira geral os fatores de repulsão ainda persistem e envolvem aspectos amplos como a pouca participação dos jovens na gestão da propriedade, o acesso dificultado à renda gerada nas atividades produtivas, falta de reconhecimento e a valorização da família, poucas opções de lazer e folgas, carência em extensão rural para apoiar as atividades, entre outros.

Os agricultores também mencionaram alguns motivos pelos quais eles acreditam que os jovens vêm recusando a permanência nas unidades de produção, o mais recorrente foi a falta de renda para a juventude no campo:

Eu acho que é muita dificuldade, não tem mais um recurso pra eles, né? Se tivesse assim mais um recurso, eles ficariam. Muitos não tem condições, né? Aí a maioria vão saindo, né? (Agricultor 18 – Município de Anchieta)

Eu sinto assim, os jovens são alimentados pelo dinheiro. Onde dá dinheiro, eles vão. (Agricultor 06 – Município de Itá)

Outro fator recorrente mencionado foi a pouca liberdade que o trabalho na agricultura oferece para os agricultores:

A piazada, eles vão pra cidade por um motivo só, pra ter liberdade no sábado e no domingo, porque lá no interior não tem essa liberdade. Lá tão amarrado, né? Principalmente quem tem vaca de leite, chiqueirão, aviário, tem que trabalhar no fim de semana também, né? Já quem vem trabalhar aqui, trabalha até sábado de meio dia só a maior parte. (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)



Alguns ainda relataram que o fato da maioria dos filhos de agricultores atualmente estudarem em ambientes urbanizados contribuiu para reduzir a “vocação” ou “amor” pela agricultura:

Depois que fecharam as aulas no interior, que os alunos foram pra cidade, perdeu o amor total pela coisa. Isso aí foi fatal. O governo acha mais barato pegar os alunos e levar pra cidade do que pagar uma professora aqui. Porque no meu tempo ensinava tudo o que a gente fazia na roça, até derrubar uma árvore, o tempo de plantar, tudo assim. (Agricultor 05 – Município de Xanxerê)

Além disso, para muitas famílias a imagem que a juventude possui sobre a vida na cidade não condiz com a realidade, eles mencionaram muitas vezes que os jovens se iludem:

Hoje em dia a falta de informa o faz com que a juventude se debande pra cidade. A cidade não   tudo aquilo que o povo enxerga. O buraco   mais embaixo. L  começa no aluguel os problemas. (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)

A piizada mais nova que sai tão naquela de achar que na cidade   fácil, que o povo l  não trabalha, eles devem pensar isso. (Agricultor 15 – Município de Descanso)

Os jovens no momento de assumir sua vida adulta questionam o ritmo de trabalho intenso que sempre foi executado pelos pais, os quais foram socializados com influência desse padrão cultural. Esses valores contrastantes demonstram comportamentos distintos e conflitos entre as gera es.

Não   nada c modo para quem   membro da agricultura familiar manifestar estes sentimentos, pois suas representa es carregam também, nos seus interstícios, os conflitos presentes no questionamento de um padrão cultural reproduzido entre as diferentes gera es. O trabalho sempre foi exaltado pelos agricultores familiares como a maior das virtudes, questão de honra que legitima a acumula o, a riqueza e a ascensão social, sendo a miséria e a pobreza consequências da pouca dedica o nas atividades produtivas ou mesmo da ineficiência no seu exercício na propriedade. Ideologicamente, a ideia de sacrifício, de trabalho duro sempre foi muito valorizada. (STROPASOLAS, 2002)

Os agricultores mais idosos também foram mencionados pelos entrevistados como alvo de uma imagem ilusória da vida no meio urbano:

As vezes os velhos se aposentam e vão pra cidade. Aí pagam aluguel, tem que comprar tudo a comida, vão morar num cubículo, eram acostumados tudo solto. Aí claro que ficam mal, ficam com depressão e tudo. É ilusão, pensam: ‘agora sim eu vou comer bem, agora sim eu vou viver’. (Agricultora 15 – Município de Descanso)

Apesar do pessimismo de alguns agricultores em relação à sucessão rural, ficou claro também o sentimento de que um movimento de retorno de jovens pode vir a se concretizar futuramente:

Eu acho que é uma moda, eu acho que daqui a pouco ainda vai mudar isso aí um pouco. Alguns já estão querendo voltar, são poucos, mas já tem. (Agricultor 08 – Município de Seara)

Ele foi trabalhar fora, não gostou, voltou, disse: ‘não quero mais ser empregado, quero ser patrão. (Agricultora 19 – Município de Anchieta)

Em estudo realizado por Stropasolas (2002), o autor constata que jovens de origem rural que trabalham em empresas do sistema agro-industrial de abate e beneficiamento de aves e suínos, compararam as diferentes realidades dos dois ambientes. Foi indicado que na cidade são escravos do relógio, tendo em vista o cumprimento de horários, normas, tarefas e rotinas estabelecidas pelo sistema. Eles afirmaram que o trabalho na agricultura, embora também exigisse responsabilidade e dispêndio de esforço físico em condições climáticas muitas vezes desfavoráveis, apresentava maior flexibilidade que o trabalho na indústria.

Segundo Scott (2010), a migração juvenil do campo permanece, especialmente, para as meninas, no entanto, a ampliação da comunicação e o fechamento de alternativas atraentes duradouras em espaços alheios contribuem para a possibilidade de articular o campo e a cidade com ações que procuram recuperar a valorização do rural que, se não é ideal, pode, pelo menos, ser visto como viável quando inserido em estratégias que não isolam a sua população.

Complementando a temática, destaco aqui a menção ao Clube 4S, que foi lembrado de maneira marcante por agricultores mais idosos entrevistados como uma iniciativa que os estimulou de maneira decisiva a permanecer no campo, mesmo que na época de sua implementação, nos anos de 60 a 70, os grupos fossem orientados pelos princípios da Revolução Verde.

Os Clubes 4S reuniam rapazes e moças do meio rural, organizados em grupos e com a orientação de extensionistas para desenvolver várias atividades educativas. Esses clubes pretendiam desenvolver atividades como a “lavoura demonstrativa”, a organização da horta, campanhas voltadas à higiene pessoal e também da propriedade, seminários e encontros com atividades recreativas, para demonstrar os benefícios e as vantagens que a modernização da agricultura poderia proporcionar (VIEBRANTZ, 2008).

Esse é um exemplo bem sucedido de que quando há interesse do Estado, um determinado objetivo pode ser alcançado na extensão rural, nesse caso foi a disseminação das novas técnicas produtivas controladas pelos complexos agroindustriais, nacionais e internacionais.

Observando esse exemplo, verifica-se que seria possível, se houvesse interesse público brasileiro e de outros países, criar uma iniciativa unificada semelhante, porém orientada aos princípios da agroecologia. Os jovens se beneficiariam não só com o aprendizado das reuniões e com a socialização com os demais membros, mas também da sensação de pertencimento à um clube que é valorizado. Essa sensação promove um empoderamento, especialmente para o jovem, que em geral nessa fase de sua vida possui a necessidade de ser aceito pelos demais e de se sentir incluído.

Além disso, uma iniciativa dessa que atingiria vários estados, e possivelmente outros países, faz com que o jovem se sinta reconhecido por estar contribuindo para uma causa maior, para que se reconheça como um cidadão que trabalha para melhorar a sociedade onde vive.

Programas como o PNATER e o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica)<sup>4</sup> poderiam impulsionar esse projeto, desde que houvesse a priorização de recursos para esse fim. Além disso, seria necessário garantir, através de uma extensão rural capacitada e atuante, que esses recursos fossem acessados pelas comunidades envolvidas.

Atualmente, movimentos sociais e ONG's buscam oferecer iniciativas semelhantes para os jovens envolvidos na produção orgânica. No entanto, essas iniciativas são

<sup>4</sup> O PLANAPO é uma política pública do Governo Federal que tem como objetivo implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável (CIAPO, 2013).

fragmentadas e com pouco fôlego. Se esse interesse partisse do Estado de maneira efetiva e organizada, poderia haver uma união de esforços e recursos, resultando em uma multiplicação dessa rede agroecológica entre os jovens, que adaptadas à realidade das regiões, seria muito mais eficiente do que iniciativas isoladas.

### **5.3.6. Folgas, férias e opções de lazer**

Não é novidade para os profissionais da área agrária que, em geral, a agricultura familiar possui jornadas intensas de trabalho, como corroboram as falas dos entrevistados abaixo:

É das 5 da manhã as 10 da noite. E fim de semana é difícil a gente as 7 da noite não estar envolvido aqui. (Agricultor 05 – Município de Xanxerê)

E se eu te digo que nós não temos momento de lazer? O nosso momento de lazer é deitar meia noite, dormir até amanhecer, levantar e começar de novo. (Agricultora 19 – Município de Anchieta)

De acordo com os dados coletados, 65% dos entrevistados afirmaram nunca terem tirado férias. Destaco ainda que a maior parte dos agricultores que alegou tirar férias eventualmente, mencionou que a duração das mesmas não era superior a 3 ou 4 dias. Vejamos mais algumas falas ilustrativas dos agricultores:

21 anos, quase 22 anos de casado, nunca tiramos férias. (Agricultor 03 – Município de Xanxerê)

A gente é muito judiado, não tem férias, nada. Devia de ter um programa assim pro casal que trabalha na agricultura ganhar um salário mínimo no final do ano, uma folga, uma ajuda. (Agricultora 07 – Município de Itá)

A situação das famílias que já estão mais estabelecidas na produção orgânica e conseguiram abandonar as atividades produtivas do sistema convencional se mostrou, em geral, mais positiva:

Depois que nós partimos pra agroecologia nós começamos a viajar, ir pra praia. Nós nunca tinha ido na praia assim, a partir que nós fomos pra agroecologia, todo ano. Todo ano! Esse ano passado fomos pra Bahia, no Encontro Nacional da Agroecologia em Juazeiro. Nossa, pra nós a agroecologia mudou muito. (Agricultora 12 – Município de Descanso)

Uma vez por ano eu dou uma viajada. Ano passado eu fui pra Itália com a minha filha e o meu genro. (Agricultor 08 – Município de Seara)

Todas as famílias entrevistadas, sem exceção, afirmaram que as comunidades onde residem não possuem opções suficientes de lazer.

Lazer? Não tem nada aqui, só se for tomar chimarrão com os vizinhos, porque não tem nada aqui. (Agricultor 03 – Município de Xanxerê)

Aqui não tem nada assim de lazer, a comunidade aqui tá abandonada. As famílias são poucas. (Agricultora 07 – Município de Itá)

Antigamente tinha bailes nas comunidades, jogos. Hoje como a piazada foi embora, hoje não tem nem pra tocar meio time de futebol não dá. Foi terminando. (Agricultora 15 – Município de Descanso)

Segundo Dumazedier (2000), o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Embora a PNATER faça menções a estratégias mais amplas visando o bem estar social dos agricultores, não há menções específicas sobre ações que poderiam contribuir para amenizar os problemas específicos desse tópico. Na verdade, o tema que envolve o lazer na agricultura familiar orientada por princípios agroecológicos é pouco explorado na literatura acadêmica. No entanto, a necessidade de que sejam formuladas políticas públicas para a promoção de opções de arte, cultura e lazer nas comunidades rurais está cada vez mais evidente.

Como recomendação, acredito que ações de extensão para incentivar esquemas de troca de dias de trabalho poderiam ser utilizadas como mecanismo para criar oportunidades

de folgas para os agricultores, especialmente para aqueles envolvidos em produção animal. Além disso, através de diagnósticos participativos com a comunidade poderia se analisar oportunidades de lazer como artes, esportes e eventos que poderiam ser organizados.

Não se deve esquecer também de uma importante prática extensionista, a excursão, que, além de contribuir para capacitar os agricultores e despertar interesse por novas práticas, pode proporcionar momentos de lazer e socialização como aconteceu com um dos entrevistados:

Em 96 eu tive a oportunidade de fazer uma excursão à Ipê e daí que vimos o outro lado da coisa (sistema de produção orgânico). Dali em diante, nunca mais foi aplicado nada. O que me motivou foi porque a gente não sabia o que era os químicos, o que era os venenos. Então lá nesse encontro, nós ficamos dois dias lá, teve uma divulgação bastante ampla disso, né? E eles mostraram muitos casos de doença que vinham também naquela região do Rio Grande do Sul e eles acreditavam que era devido ao uso indiscriminado de veneno, né? Foi uma coisa que eu voltei lá totalmente pensando de outra maneira. (...) Os últimos agricultores que vieram aqui visitar a propriedade foi através de uma menina que trabalhava na APACO, que foi trabalhar em Canoinhas e aí lá era uma região de fumicultores. Então ela viu uma maneira de mostrar um outro exemplo daqui. E acho que foi uma iniciativa boa dela, porque o pessoal gostou muito. Talvez não seja em uma viagem só, numa visita só e esses que vão, não são todos, mas pode ser que tem uns que despertem. E eu fui um desses naquela viagem a Ipê que ficou encantado. (Agricultor 08 – Município de Seara)

### **5.2.7. Comercialização**

O sétimo aspecto que compõe os critérios e/ou indicadores de um modelo de extensão rural demandado pelos agricultores e percebido por eles como agroecológico de extensão rural são ações para facilitar a comercialização diferenciada dos produtos como agroecológicos.

Na agricultura familiar, devido à diversidade produtiva, é comum que o agricultor venda a sua produção de mais de uma forma. De acordo com os dados dessa pesquisa, a venda direta através de feiras ou entregas foi a forma mais expressiva de comercialização, sendo adota por 75% dos entrevistados. A explicação por essa preferência pode ser deduzida através de fatores como os indicados por Meirelles (1997):

1) O preço é normalmente bastante compensador para o agricultor, por se tratar de uma estratégia de baixo custo logístico e de preço final (sem intermediação);

2) Permite uma ampla e constante divulgação do trabalho, através de diferentes estratégias de 'marketing' direto que podem ser utilizadas;

3) Permite um contato direto entre produtor e consumidor, que diminui o anonimato do mercado;

4) Leva a um contato maior com a cidade, que muitas vezes contribui para que o agricultor desmistifique a concepção fantasiosa do *modus vivendi* urbano.

As outras formas de comercialização apresentaram uma expressividade menor: 35% dos agricultores conseguiram escoar parte de sua produção em mercados varejistas, 35% vendiam parte para Cooperativas, 20% para programas governamentais e apenas 5% comercializava sua produção em mercados atacadistas. Esses valores mais baixos podem indicar uma dificuldade em acessar essas formas de comercialização, dificuldade tal que poderia ser minimizada com ações de extensão rural. Vejamos o que tem a nos dizer um agricultor:

Um técnico que trabalha nessa área além de ter informação técnica de cultura, ele deveria ter informação financeira, de comércio, um monte de coisas. Então a gente teria acesso, se você quisesse expandir, teria meio caminho andado. Em matéria de batata-doce eu descobri todos os macetes da cultura, entende? E eu não estou expandindo porque aqui não tem como desovar a produção. Agora, se eu tivesse uma assistência técnica, uma informação de comércio, entende? Aí se tornava mais fácil (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)

Correlacionando o aspecto comercialização com a PNATER, vemos que ele está presente na política pública, pois uma de suas diretrizes assegura que as ações de ATER contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas (MDA, 2004).

No entanto, na prática, as dificuldades ainda são muitas, uma das principais se deve à forte concorrência com agricultores convencionais e a falta de informação sobre a comercialização em geral. Mais precisamente:

O meu fraco sempre foi a venda, nunca gostei de vender. Não me entrosei assim no sistema novo de internet e coisa aí, faço alguma coisa, mas muito pouco. Não tive essa... mesmo porque não dá tempo. (Agricultor 08 – Município de Seara)

Eu já cansei de ouvir o pessoal de Chapecó, Florianópolis que vem ali: ‘o produto de vocês por lei tem que valer 30% a mais porque é orgânico’. Mas daí peça seus 30% pra ver se tu ganha. Não! Por menos que seja, tu pede o seu preço e aí ‘Não, é muito caro, tá louco?’ Aí o que acontece, tem outros que vendem abaixo do preço, uma concorrência. Complicado, né? (Agricultora 04 – Município de Xanxerê)

Segundo Fonseca e Ribeiro (2003), a demanda crescente, somado a uma oferta ainda em consolidação, faz com que os produtos orgânicos apresentem preços de 20 a 200% mais caros que os convencionais, dependendo do produto e do ponto de venda. Sendo que, o preço pago pelos consumidores finais, é em média 250% a mais, dependendo do canal de comercialização, do que o preço pago aos produtores. Dessa forma, canais de comercialização que possibilitem a aproximação entre produtores e consumidores, assim como a viabilização de mecanismos que permitem atender a demanda apresentada pelos mercados institucionais, representam importantes ferramentas para o fortalecimento da agricultura familiar orgânica no Brasil.

No entanto, ações para fazer com que esses produtos atinjam mercados consumidores com capacidade de remunerá-los de maneira diferenciada são muito difíceis de serem implementadas na prática, como nos conta um dos extensionistas entrevistados:

A gente tem a dificuldade com o acesso ao mercado, por mais que nós temos cooperativas, o acesso ao mercado, a logística, ela é muito difícil, atender a demanda que está longe da nossa realidade. Nós estamos no oeste de Santa Catarina e a demanda que se apresenta, que se constrói, ela está em Florianópolis, em Porto Alegre, em Curitiba. Claro que pode promover a articulação, promover feira local, incentivar na região esse trabalho, mas é muito trabalho, é muita ação e você tem que atirar pra tudo que é lado. E ações que vão contra o interesse de grupos grandes, aí vem a reação, vão querer difamar o teu produto, criar os empecilhos, né? (Extensionista 01)



Os agricultores também mencionaram a falta de conhecimento do consumidor sobre os produtos que estão adquirindo, o que dificulta a comercialização:

A questão do orgânico ainda é uma coisa cultural. Aquela pessoa que é mais aculturada, que tem mais estudo, ela compra mais. A grande massa ainda compra pelos olhos, se o produto é bonito, compra. Independente se tem veneno ou não. (Agricultor 06 – Município de Itá)

As vezes o mais bonitinho é o que tem mais quantidade de produto tóxico. As vezes eu estou entregando (as hortaliças) tem um bichinho, uma vaquinha, alguma coisa, uma joaninha ali por cima, né? Aí eu falo: 'Isso aqui é o indicador de que o produto que eu tô te vendendo é livre de químico'. Tem uns que já entendem, mas é pouco ainda. De dez, tem dois que entendem. Falta muito ainda. (Agricultor 07 – Município de Itá)

Esse raciocínio foi corroborado em Rucinski e Brandenburg (1999), que caracterizou o consumidor convencional por essa "cultura de massa", cuja concepção sobre qualidade, atende requisitos como, por exemplo: a imagem, ou seja, a embalagem que é vista como um fator de grande importância, sem saber ao certo o que é o produto em sua substância. Já os consumidores orgânicos qualificam os alimentos pelo seu valor nutritivo, e não pela sua aparência, se está bem apresentável.

Segundo Meirelles (1997), o motivo dos alimentos orgânicos ainda serem uma demanda mais consistente na classes média e alta se devem ao fato delas terem mais acesso a informações e, conseqüentemente, mais elementos para decidir sobre qual alimento consumir. Urge, então, buscar formas de se socializar as informações sobre o que é a qualidade dos alimentos.

Novamente, a extensão rural pode atuar para amenizar essa situação, uma sugestão seriam campanhas para difundir informações sobre o alimento seguro para os consumidores.

#### **5.2.8. Aceitação da comunidade local**

O próximo item que compõe o modelo de extensão rural demandado pelos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos do Oeste Catarinense são

ações para promover a aceitação da comunidade local em relação à produção agroecológica.

Analisando os resultados do estudo de caso, foi observado que 60% das famílias não se sente valorizada pela comunidade local como produtores agroecológicos. Os depoimentos ajudam a contextualizar o sentimento dos agricultores, que além de enfrentarem tantas dificuldades em sua produção, ainda precisam lidar com a descrença dos demais:

Pra nós, o principal problema é ainda a aceitação do pessoal aqui. Na comunidade acho que poucos dão valor, é mais o pessoal de fora assim que dão mais valor. Acham que não, vocês tão voltando atrás, tão louco, se passa veneno não precisa indo com enxada isso e aquilo. Eles sempre vão pro mais fácil, nem que comam veneno, não tão nem aí, né? A gente já pensa que não passando veneno, vamos ter uma comida mais saudável, uma vida melhor. Tem gente que pensa 'ou morre com veneno ou morre indo na roça capinar, melhor passar o veneno'. (Agricultor 13 - Município de Descanso)

Na época 11 famílias dessas começaram, e aí uns não aguentaram, foram caindo fora, porque não é fácil. Tu vai na comunidade ali, o pessoal te pega no pé: 'Tu vai falir! Tu vai não sei o que!' E outra, é muito fácil tu ir numa cooperativa, numa agropecuária e pegar um pacotão, levar pra casa e botar na lavoura, né? Na produção orgânica não. Então hoje nós estamos em 4 famílias só no nosso grupo. (Agricultor 12 - Município de Descanso)

Cabe salientar que a falta de aceitação é originada, também, dentro da própria família, por conflitos entre modos distintos de pensar entre os gêneros ou as gerações. Os depoimentos a seguir ilustram esta questão:

A gente mora aqui com o pai e a mãe, pessoal mais de idade não é fácil pra trabalhar. Eles puxam mais pro lado convencional. Aí não é muito fácil, né? O pai fica comparando o cara lá que planta transgênico em um pedaço de terra menor e faz silagem pro ano inteiro. (Agricultor 13 - Município de Descanso)

Porque assim, quase todas as mulheres tem ali a questão da horta, né? Mas ali ao redor o marido passa um veneno em cima e aí como é que fica, né? E a mulher quer mudar e o marido não. (...) Que nem meu pai quando era vivo, ele dizia 'meu

deus você tá no meio da capoeira!'. Ele era daqueles que via um inço e arrancava (Agricultora 15 - Município de Descanso)

Por serem minoria dentro de um sistema produtivo pautado no convencional, muitas vezes as famílias abrem mão de seus direitos de produção:

Hoje a cooperativa (de grãos orgânicos) está com falta de milho. Nós íamos plantar o milho, mas como os nossos vizinhos plantaram tudo transgênico e não fizeram a borda com o convencional, porque eles acharam que estavam certos ainda, né? E aí pra nós não deixar eles se complicar, pra não multarem eles e não destruir as lavouras deles, a gente abriu mão, não plantou. E agora fez falta pra cooperativa. (Agricultor 12 - Município de Descanso)

A falta de assistência quanto aos conhecimentos dos aspectos legais para a produção de alimentos orgânicos será abordado no próximo item desse estudo. No entanto, não pode se deixar de destacar aqui os efeitos da contaminação por transgênicos em lavouras orgânicas, que ocorrem devido ao fluxo gênico.

Segundo Nodari (2015), o fluxo gênico permite a troca de genes entre plantas da mesma espécie para que a espécie possa se perpetuar. Portanto, o fluxo gênico é uma propriedade inerente das espécies como tal. Assim, ocorrendo o fluxo gênico, o que é normal, ocorrerá a contaminação.

A contaminação com OGM's (organismos geneticamente modificados) gera incontáveis prejuízos para a produção orientada por princípios agroecológicos, por exemplo, coloca em risco as diversas variedades que foram desenvolvidas há anos pelos agricultores, processo esse realizado pela troca de sementes, que garante a conservação e o melhoramento das variedades crioulas e tradicionais. Outra consequência é a imediata desvalorização da produção, o que gera um corte significativo na receita do produtor familiar. Atinge também o direito dele e dos consumidores de optarem, respectivamente, por produzir e consumir produtos livres de alterações genéticas (MORI, 2013).

Retornando à problemática central, se observa como os conflitos sociais comunitários podem ter consequências sérias para a produção orientada por princípios agroecológicos. Além disso, está presente na política de ATER que os extensionistas devem estimular a democratização dos processos de tomada de decisão, assim como a participação de todos os membros da família na gestão da unidade familiar e nas estratégias de desenvolvimento das comunidades e territórios (MDA, 2004).

Portanto, se observa que haveriam grandes benefícios na atuação de profissionais de extensão rural capacitados e em número adequado para mediar e minimizar possíveis conflitos, trabalhando também de forma contínua e comprometida para que, através de ações informativas, fosse reduzido o preconceito de parte das comunidades locais com a produção orgânica.

### **5.2.9. Políticas públicas e legislações diferenciadas**

Uma das demandas mais recorrentes entre os entrevistados foi o incentivo às políticas públicas e legislações mais diferenciadas para a agricultura familiar agroecológica, assim como o acompanhamento de um extensionista rural para facilitar a adequação dos agricultores ao sistema vigente de leis e normas produtivas em geral.

Em relação às políticas públicas, embora a maioria dos agricultores estivessem satisfeitos com a possibilidade de acesso ao crédito oferecida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), alguns apresentaram uma visão mais crítica:

Eu ajudei a construir o PRONAF desde o começo, fui sindicalista. O PRONAF era pra ser uma coisa e acabou sendo outra coisa. Quando estava sendo construído, era todo mundo contra. A partir do momento que nós conseguimos, mais uma vez veio o agronegócio e tomou conta. Aí tem uma outra questão. Hoje você vai lá comprar, mas tem que ter o projeto técnico pra você comprar. De quem você vai lá comprar? Aí a turma bate no peito e diz: 'o banco financia o PRONAF', isso é muito fácil, mas não tem um projeto que tu financia que tu não tem que ir na agropecuária comprar das empresas. Então quem é que lucra no fim? A política pública é equivocada, ela é amarrada com o agronegócio, com o transgênico, não desamarra para agricultor fazer esse trabalho. (Agricultor 10 – Município de São Domingos)

Essa visão foi corroborada por extensionistas que também participaram dessa pesquisa, o profissional abaixo indica que apesar de as demandas dos agricultores estarem presentes nas políticas públicas de ATER, elas não estão necessariamente alinhadas com outras políticas governamentais:

O formato da assistência técnica hoje na proposta da política nacional de Ater está adequada na minha opinião, no entanto a proposta de fortalecer a autonomia dos agricultores e a proposta estratégica da agroecologia tá na contramão de outras política públicas importantes, entre elas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF que financia quase que exclusivamente o agronegócio e a dependência dos insumos convencionais. (Extensionista 01)

Em outras palavras, o extensionista quis problematizar que apesar dos agricultores familiares receberem os recursos do PRONAF, quem se beneficia indiretamente são os grandes segmentos cooperativos ou empresariais que vendem seus insumos, máquinas e equipamentos para as famílias.

No estudo realizado por Gazolla e Schneider (2013) no Rio Grande do Sul, foi identificado nas famílias que acessam o programa um aumento dos processos de especialização produtiva das unidades, da vulnerabilidade social das famílias e do aumento da dependência por insumos externos. Por outro lado, no entanto, o mesmo estudo considera que Pronaf estimula a produção própria de alimentos/criações dos agricultores e a diversificação rural. Esta produção é voltada ao trato dos animais e à produção de alimentos que servem a própria segurança alimentar e nutricional do grupo doméstico.

Contudo, esse fortalecimento que o programa proporciona, em geral, é periférico e indireto sobre as unidades familiares, pois recebe menos recursos e fomento menor do que o foco de especialização produtiva e dependência de insumos externos. Neste sentido, o PRONAF está imerso em uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que é um Programa que apoia e estimula os agricultores familiares a intensificarem seus sistemas produtivos, também incita as famílias a buscarem alternativas a este tipo de desenvolvimento (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Ainda questionados sobre o alinhamento das políticas públicas de extensão rural aos interesses dos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos, outros profissionais se manifestaram indicando que há também um descompasso entre as instituições federais e estaduais:

Estão alinhadas as políticas do governo federal, mas do governo estadual está deficiente. Deveria ter um empenho maior dos municípios e ações mais frequentes. (Extensionista 09)

Em boa parte, como no caso dos programas estaduais existentes, não estão, pois são pontuais e sem visão estratégica. O caminho seria a definição de objetivos claros e de longo prazo, com políticas estratégicas para atingi-los. (Extensionista 06)

Segundo Almeida (2003), em relação à agroecologia existe uma falta de entrosamento (diálogo e intercâmbio) entre agentes sociais (individuais e coletivos) que atuam na mesma área, que trabalham com os mesmos “objetos” e, muitas vezes, enfrentam os mesmos problemas.

Ainda sobre a obtenção de crédito, alguns agricultores pesquisados apresentaram uma visão crítica sobre a real necessidade desses empréstimos, embora a maioria tenha feito investimentos sem realizar muita análise. A seguir é possível perceber o contraste claro entre os depoimentos:

Quando eu comprei o trator foi o cara que veio me oferecer. Aí foi meio na brincadeira, porque eu achei que não ia dar certo e deu. (Agricultor 01 – Município de Xanxerê)

Aí o pessoal fala: ‘ah financia isso’. Mas quantos estão aí endividados? Pegaram financiamento porque era fácil. Trator, máquina e tudo. Área pequena, qual a necessidade de tanta máquina? Por isso que a gente ficou meio distante dessa questão de banco, trabalhamos com as próprias pernas, mesmo que tortas (risos) (Agricultora 14 - Município de Descanso)

No entanto, os agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos que demonstraram realmente precisar dos empréstimos para melhorar sua atividade comentaram algumas dificuldades:

Hoje tá difícil ainda de tu conseguir PRONAF Agroecologia, né? O Banco do Brasil daqui não faz porque é muito pouco, né? E eles querem quantidade. (Agricultor 12 – Município de Descanso)

O que me prometeram não foi feito nada! Disseram ‘A casinha (agroindústria familiar) vai custar 40 mil. O SC Rural vai pagar 20 pra você, 20 você paga, mas tu tem 10 anos para tu pagar.’. Na hora que tá feito o projeto e vai pro banco, você que vai pagar, não vem nada! Então tu tem que puxar do seu bolso, se tu quer fazer alguma coisa e se virar é assim. Esse dinheiro aí do SC Rural que é um dinheiro

que a gente pega a fundo perdido, ele tem que chegar na nossa mão! (Agricultora 04 – Município de Xanxerê)

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) se destacam como políticas públicas federais importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica no Brasil que também merecem ser citadas. Segundo Grisa e Wesz Junior (2010), ambos os programas são vistos como um alento para esta categoria de agricultores e também como promotores do desenvolvimento rural em virtude do estímulo a formas de produção mais autônomas e a possibilidade de participação em mercados diferenciados.

O PNAE é um programa federal que atua de forma complementar ao valor investido pelos estados e municípios para custear a alimentação servida nas escolas da rede pública. Em 2009 foi sancionada uma lei que estabeleceu que 30% das compras do programa sejam feitas de produtores da agricultura familiar (SAMBUICHI et al., 2014).

O PAA atua de forma semelhante, sendo suas compras, no entanto, em geral, voltadas para o mercado institucional. A produção agroecológica e orgânica passou a ser incentivada pelo PAA a partir de 2004, pela compra com preço diferenciado. Foi permitido um acréscimo de até 30% no preço dos produtos que atendam a esta especificação (SAMBUICHI et al., 2014).

Infelizmente, nesse estudo se verificou que apenas 20% dos entrevistados estavam participando de um desses programas. Sendo assim, se considera que poderiam ser implementadas mais ações de extensão rural para ampliar a participação dos agricultores familiares agroecológicos nessas iniciativas.

Sobre o aspecto das legislações, em especial para as exigências de certificação de produção orgânica e também da vigilância sanitária houve bastante insatisfação, com um destaque especial para o Município de Xanxerê:

Eu já pensei, mas é muito difícil iniciar uma agroindústria familiar. As exigências da vigilância sanitária são muito severas. Eu até já tinha preparado, nós tinha a fabriqueta de queijo! E daí eu fui atrás, mas não tem um trabalho feito que seja interessante para o agricultor familiar, entende? Porque eu queria apenas assimilar a minha produção e as fabriquetas é um mínimo de mil litros por dia. Então para eu abrir uma fabriqueta daquela, eu teria que comprar um resfriador para ir guardando o leite e um dia fazer tudo. O nosso sistema é o seguinte, o leite vinha da estrebaria e ia direto pro coalho e já era feito o queijo, era o que o povo gostava,

aquela fórmula que os nossos pais trouxeram da Itália, aquilo funcionava. Se eu produzia 50 queijos, eu tinha 60, 70 vendidos. Não dava pra gente oferecer queijo para todo mundo que queria, mas tivemos que parar daí, por causa da vigilância sanitária, eles não aceitavam que nós vendesse o nosso queijo aqui se não fosse em uma fabriqueta dentro do padrão, aí nós paramos. A saída foi vender leite, estamos vendendo leite. (Agricultor 02 – Município de Xanxerê)

O técnico (extensionista da Epagri que fez o projeto da agroindústria familiar) disse ‘a altura do azulejo é 1,5m’. Fizemos 1,5m, a vigilância (sanitária) veio e condenou, disse que é até em cima. O azulejo embaixo do assoalho ‘Não, tudo certinho. Beleza, pode qualquer cor’. Nós pegamos da mesma cor da área, a vigilância condenou. Então ele tinha que dizer então vamos lá na vigilância para eles te darem os dados, porque ele sabia que nós tava construindo! Você pensa, eu vou fazer tudo dentro do padrão e tal e tal, mas esse padrão nunca tem que chega! Eles tem que fazer o projeto e estar sempre junto acompanhando e a vigilância também. (Agricultora 04 – Município de Xanxerê)

A produção que não é realizada de acordo com as exigências da vigilância sanitária é considerada informal. Segundo Wilkinson e Mior (1999), o setor informal distingue-se do ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos, como no caso de drogas ou contrabando. Trata-se de uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Isto pode se referir às relações de trabalho (sem carteira, casos de trabalho infantil), às instalações (sem alvará) ou às normas técnicas de produção (não adequação ao regulamento industrial e sanitário). Estas normas e regulamentações, no limite, podem representar imposição de interesses específicos dentro do setor e a simples criação de barreiras à entrada. Por outro lado, eles podem expressar valores ou objetivos compartilhados, mas para os quais existiriam opções alternativas de normas e regulamentações. E, finalmente, estas normas e regulamentações podem representar um “ideal”, refletindo valores e conhecimentos consensuais, tanto do lado da produção quanto do consumo, mas cuja adoção implica custos proibitivos.

Os atores das agroindústrias familiares em nada se assemelham a oportunistas que buscam vantagens ao se manter na informalidade e descumprir leis. Trata-se apenas de uma atividade tradicional que tem dificuldades em se adequar às novas exigências do mercado devido ao caráter da normatização exigida, que é altamente excludente para agroindústrias de pequeno porte.



Focando agora no aspecto da legislação para a produção de alimentos orgânicos, esses alimentos por suas peculiaridades exigem uma maneira clara de diferenciá-los dos alimentos produzidos em sistemas convencionais, o que geralmente ocorre através do uso de um selo certificador. Essa certificação pode contribuir para melhorar a remuneração e acesso ao mercado consumidor. Dentre as famílias pesquisadas, apenas 35% já haviam alcançado a certificação. Essa dificuldade pode ser notada em algumas falas dos participantes:

Pra fazer as hortaliças com a embalagem já deu um baile, imagina pra fazer com esse selo (de produção orgânica)! É difícil! Não tem apoio pra esse lado aí. (Agricultor 03 – Município de Xanxerê).

Eu tô com uma vontade louca de chegar no orgânico. No meu parreiral faz tempo que eu não uso mais nada (agrotóxicos). Hoje, tipo assim, eu não tenho ninguém pra discutir isso de fato. (Agricultor 06 - Município de Itá)

Não pretendemos certificar, acho que não vale a pena, pelo menos por enquanto, vamos seguindo assim. (Agricultora 19 - Município de Anchieta)

O selo certificador pode ser fornecido através de Certificadoras por Auditoria ou Sistemas Participativos de Garantia. As Certificadoras por Auditoria atuam comercialmente na prestação de serviços de certificação a produtores individuais e grupos. Têm por obrigação avaliar e garantir a conformidade da produção orgânica sob sua responsabilidade. Devem estar regularmente constituídas para esta atividade e possuir mecanismos de resolução de conflitos, atendimento a denúncias e aplicação de sanções administrativas. Devem manter os clientes atualizados quanto às normas vigentes e realizar visitas programadas e sem aviso prévio às unidades, ao menos uma vez ao ano (BRASIL, 2015).

Já o Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os

parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica (BRASIL, 2015).

Segundo Buainain e Batalha (2007), as características intrínsecas dos produtos orgânicos, que não podem ser observadas com facilidade no momento da compra, justificam a necessidade de monitoramento pelas empresas certificadoras. Estas empresas têm sido responsáveis não somente pela garantia dos produtos ofertados, no que tange às normas e procedimentos para o cultivo orgânico, como também pela orientação de produtores e consumidores nacionais e internacionais.

O selo de certificação de um alimento orgânico fornece ao consumidor a garantia de um produto isento de contaminação química e resultante de uma agricultura capaz de assegurar uma boa qualidade ao alimento, à humanidade e ao ambiente (SANTOS; MONTEIRO, 2004).

Destaca-se que, nesse estudo, todas as famílias que possuíam a certificação para a produção orgânica (35% dos entrevistados) haviam conseguido a mesma através do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecovida.

Segundo Rover (2011), a Rede Ecovida de Agroecologia foi formada em 1998, a partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar do Sul do Brasil. Ela é formada por pessoas e organizações que possuem como objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. São agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem Núcleos Regionais e, juntos, formam a Rede Ecovida de Agroecologia. Em 2010, com a previsão de encerramento do prazo para oficializar questões relacionadas à certificação, foi constituída como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), a qual é uma condição para compor o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

No entanto, apesar de o Sistema Participativo de Garantia apresentar muitas vantagens para os agricultores familiares como o custo inferior e o maior apoio comparando-se à certificação por Auditoria, ainda existem a demanda dos agricultores por um maior acompanhamento da extensão rural na adequação às normas, como pode ser percebido na fala a seguir:

Na agroecologia tem que ter um acompanhamento de um técnico pra sempre estar cobrando, dando um puxão de orelha. Porque ninguém cobra e às vezes as pessoas

se desviam. Então como a nossa certificação é da rede Ecovida, um cuida o outro. E isso é complicado, porque tu vai chegar assim pro seu vizinho e dizer: ‘ó tu fez errado lá’. Aí tu arruma encrenca, não é bem assim. Tendo um cara que é de fora do grupo pra monitorar, porque acho que dentro do grupo não funciona. (Agricultora 14 – Município de Descanso)

Diante de legislações e normas que nem sempre estão voltadas para a realidade das famílias de agricultores, o acompanhamento de um extensionista é essencial para que os agricultores possam se adequar da melhor forma possível, buscando agregar valor aos seus produtos e manterem sua atividade produtiva dentro da formalidade.

A PNATER afirma o compromisso de estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária (MDA, 2004). A agroindustrialização e formas de agregação de valor como a certificação orgânica dependem da adequação dos agricultores às normas e padrões, que é dificultada sem o apoio de extensionistas. Infelizmente, essa é mais uma demanda prejudicada pelo baixo número de extensionistas de campo atuando e pela falta de capacitação nos temas relacionados.

Cito aqui o exemplo de um extensionista que diante das dificuldades enfrentadas para a obtenção da certificação oficial para produtos orgânicos no Município de Anchieta, teve uma ideia diferente e estabeleceu o “Feirão da Terra”. Os agricultores que produzem e vendem nessa feira precisam assinar um estatuto com o compromisso de não utilizar nenhuma química na produção. Como a cidade é pequena, os próprios vizinhos se fiscalizam e a comunidade compra os produtos com confiança. Um procedimento simples, com boa vontade e pouca burocracia, ajudou as famílias a ganhar mais reconhecimento pelo seu trabalho.

Ali no Feirão da Terra foi feito um estatuto e todo mundo tem que seguir essa regra de não usar veneno. Eu não passo veneno. A gente fez muito curso. A gente faz composto. Aqui o município é pequeno então se passasse alguém já saberia se a gente tá fazendo errado e desde o início a gente nunca passou. E ali onde a gente vendia, a gente se cuidava muito. Eu levava pequeno, levava feio, mas não botava. (Agricultora 16 – Município de Anchieta)

### 5.2.10. Apoio das lideranças e entidades em relação à produção agroecológica

Nesse estudo foram percebidas algumas diferenças entre os municípios no que diz respeito ao grau de transição para a agroecologia e ao próprio bem-estar das famílias. O baixo número de extensionistas de campo atuando em algumas localidades pode contribuir para explicar esse quadro, no entanto um fator que acredito ser de bastante relevância são os papéis assumidos pelas lideranças políticas locais.

Em alguns municípios havia um sentimento de que a prefeitura, a secretaria de agricultura e até as lideranças da Epagri não apoiavam à produção agroecológica como relatam os agricultores abaixo:

A Epagri é assim, os cabeças são contra a agroecologia, só que dentro da Epagri tem vários técnicos, nós temos sorte aqui no município de ter dois que são ligados, mas se tu pegar o chefe regional, ele é contra. Até o pessoal da Epagri daqui tinha feito um grupo interno para discutir a agroecologia e o chefe que tava lá, ele cortou. (Agricultor 12 – Município de Descanso)

Ali na prefeitura mudou o partido político, mandaram a técnica (extensionista rural) embora. A gente sente falta, né? Não temos quem acompanhe. Na época da campanha a gente pediu, eles prometeram que ia ter pra nós e nada. (Agricultora 07 – Município de Itá)

As entidades envolvidas com a extensão rural passaram décadas de sua existência com um foco desenvolvimentista, baseada na transferência de tecnologias e visando principalmente o aumento da produção. Isto, segundo Caporal (2005), resultou na montagem de uma estrutura hierárquica, tanto técnica como administrativa, voltada para a obtenção de resultados de curto prazo. A perspectiva da transição agroecológica como está proposta na PNATER, requer outros formatos organizacionais. Neste sentido é necessário horizontalizar e democratizar os processos de gestão e de decisão destas instituições, incluindo a possibilidade de participação dos “beneficiários”. Ao mesmo tempo, o trabalho dos agentes deve passar a ser medido por resultados de médio e longo prazo, e, inclusive, a partir da observação das diferentes dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental, cultural, política e ética e não apenas dos ganhos de produção e produtividade.

Dessa maneira vemos que existe a enorme necessidade de mudanças institucionais profundas para que se possa obter um maior apoio a produção agroecológica. Assim como

as instituições precisam abraçar essa mudança, também o deve fazer o profissional das ciências agrárias, visto que as universidades, assim como as entidades de ATER muitas vezes estão engessadas em metodologias de capacitação antiquadas. Mais precisamente:

Em geral, durante a formação profissional não se faz sequer um momento de integração das disciplinas. Cada uma delas é repassada aos alunos em sua própria “gaveta”, isolada das demais e, quase sempre, alheia à realidade objetiva das pessoas e dos processos produtivos concretos. Esta primeira carência na formação limita os profissionais quanto à possibilidade de ter uma visão holística da realidade na qual vai atuar, o que minimiza sua possibilidade de ter uma compreensão da agricultura a partir dos princípios básicos dos processos naturais. A segunda grande deformação na formação dos profissionais das ciências rurais e agrárias está relacionada com a distância abstrata com que se trata ao homem-agricultor. Muito pouco se estuda sobre o homem e a mulher trabalhadores da agricultura e o papel decisivo que eles têm na agricultura. (...)Um “novo profissionalismo”, ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos, corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, quotidianamente, em busca dos valores próprios dos beneficiários. Por outro lado, estabelecer um “novo profissionalismo” exige que, ao contrário da especialização profissional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou pelo menos se amplie a capacidade de interagir com outras profissões e disciplinas (CAPORAL, 2005).

Essas deformações na formação do profissional de ciências agrárias se tornam ainda mais graves quando refletimos sobre a grande demanda do mercado consumidor por alimentos produzidos de maneira sustentável. É preciso que as instituições de educação despertem para a necessidade de incluir o estudo da agroecologia nos currículos, para que os futuros profissionais compreendam a relevância dessa ciência em sua atuação profissional, principalmente quando relacionadas à extensão rural, e saibam executá-la na prática de seu dia-a-dia.

Conforme consta na metodologia dessa pesquisa foram enviados cerca de 30 questionários para extensionistas rurais e apenas um terço dos profissionais optaram por participar da pesquisa. Uma das explicações seria o fato dos extensionistas acumularem diversas funções e não terem tempo disponível para responderem o questionário. Outra

explicação provável seria a falta de interesse pela temática da agroecologia, que resulta da visão limitada explorada por Caporal (2005).

Por fim, de todos os aspectos apontados nos depoimentos das famílias e demandados como sendo um modelo de extensão rural reconhecido como mais adequado para a agroecologia, acredito que o apoio das lideranças seja o mais difícil de ser atingido, pois mesmo que o extensionista possa tentar estabelecer uma ponte entre os desejos dos agricultores e a vontade pública, existe um sistema muito mais complexo envolvido. Ou seja:

As nossas lideranças, a maioria delas não acreditam no projeto da agroecologia. Tu vai pegar, tu pode pegar até os nossos professores das universidades, você conta nos dedos aqueles que acreditam na agroecologia. Então tem uma disputa do convencional, do transgênico, que tem o capital do lado dele e o orgânico que é difícil alguém se manifestar, a mídia se manifestar ou mesmo os próprios governos se manifestarem a favor, raras vezes, alguns momentos, alguns programinhas, mas aí são migalhas que chegam, que nem uns programas que quiseram construir, mas não chega na fonte que são os agricultores. (Agricultor 10 – Município de São Domingos)

Almeida (2003) fez uma relevante contribuição ao destacar que a agroecologia não constitui ainda o que se poderia chamar um movimento social *stricto sensu*, ou seja, uma ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento agrícola. A luta agroecológica poderá provocar uma autêntica e profunda transformação no campo político (ela propõe, desde já, concretamente, uma mutação no domínio técnico-produtivo e nas práticas agrícolas), desde que saiba “costurar” as alianças capazes de provocar uma ampliação de seu poder de luta.

## 6. CONCLUSÕES

Após realizada as análises das relações existentes entre a agroecologia, a agricultura familiar e a extensão rural em alguns municípios da região Oeste Catarinense, ilustrando-se com falas problematizadoras de agricultores familiares e extensionistas, conclui-se que o objeto de estudo que fundamentou a elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso possui grande relevância e pertinência para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região estudada, como também para áreas de conhecimento como as

ciências agrárias e as ciências humanas. Acredita-se que os resultados desse estudo podem se constituir em subsídios relevantes para a compreensão dessa problemática tão importante para as famílias envolvidas na pesquisa, contribuindo, assim, na promoção de novos conhecimentos a serem disponibilizados para instituições e profissionais que trabalham com as famílias que se orientam por princípios agroecológicos nessa região.

Um dos objetivos da pesquisa buscava justamente identificar o modelo de extensão rural agroecológica demandado pelos agricultores. De maneira geral, apresentamos a seguir, e de forma sintética, os principais aspectos levantados pelas famílias entrevistadas visando promover uma relação mais adequada e efetiva entre a agroecologia e a extensão rural. Notando-se que a ordem de apresentação não representa uma maior relevância do tópico. Vejamos:

- 1) Visitas presenciais individuais nas unidades de produção, que ocorressem quinzenalmente, tivessem continuidade e não fossem vinculadas a empresas privadas.
- 2) Métodos demonstrativos e práticos de aplicação de técnicas produtivas.
- 3) Extensionista com motivação para buscar informações sobre os conhecimentos que lhe faltam e comprometimento em apoiar a família.
- 4) Consultar os agricultores sobre suas demandas de informação para a produção orgânica e promover cursos compatíveis.
- 5) Ações de extensão para incentivar a participação dos jovens e a sucessão rural.
- 6) Ações para possibilitar a existência de folgas, férias e mais opções de lazer nas comunidades rurais.
- 7) Ações de extensão rural para facilitar a comercialização diferenciada dos produtos como agroecológicos.

- 8) Ações de extensão rural para promover a aceitação da comunidade local em relação à produção agroecológica.
- 9) Incentivo a políticas públicas e legislações mais diferenciadas para a agricultura familiar agroecológica, assim como acompanhamento na adequação dos agricultores ao sistema vigente.
- 10) Promover o apoio das lideranças e entidades em relação à produção agroecológica.

Ao relacionar cada uma dessas demandas com a atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, se constatou que o programa reflete a maior parte dos anseios dos agricultores, isso se deve provavelmente à forma democrática de construção que foi empregada na sua elaboração. No entanto, algumas temáticas como o lazer, normatizações para a agricultura familiar e a relação com as lideranças políticas poderiam ser mais aprofundadas em revisões futuras.

Comparando o modelo de extensão rural tido como ideal pelos agricultores participantes da pesquisa com a realidade vivenciada pelas famílias se constatou que na maioria dos casos essas necessidades não eram atendidas, nem de maneira quantitativa ou qualitativa.

A questão norteadora dessa pesquisa buscou identificar e analisar que fatores dificultam o acesso por parte dos agricultores familiares à extensão rural agroecológica na mesorregião Oeste Catarinense. Considera-se que o objetivo geral desse estudo foi alcançado, como se descreve a seguir.

Os dados obtidos, assim como a própria satisfação da família com a assistência recebida, variaram entre os municípios estudados. Uma das razões para essa variação seria a de que a relação de extensionistas a campo por famílias atendidas também difere. Porém, no geral, as evidências apontam para uma carência no número de profissionais que realizam o serviço de extensão, além do acúmulo pelos mesmos de diversas funções administrativas, reduzindo o seu tempo com os agricultores.

Existe também uma falta de entrosamento e diálogo entre as diversas esferas federais, estaduais e locais no que diz respeito à extensão rural, o que dificulta que sejam unificados esforços para atender as demandas dos agricultores familiares orientados por princípios agroecológicos. Em uma futura reformulação da PNATER, poderia-se propor a



criação de mecanismos para que, através de mediações de esforço mútuo, ocorresse o alinhamento das ações das entidades com as diretrizes da política federal.

Outro fator hipotético que parece contribuir de maneira decisiva para que diversas necessidades não estejam sendo atendidas é a falta de apoio das lideranças políticas e de profissionais da área ao projeto agroecológico. Esse apoio só poderá ser alcançado quando ocorrerem mudanças institucionais profundas dentro das entidades envolvidas com a extensão rural e das universidades que participam na formação da lógica de atuação dos futuros profissionais.

Essas transformações devem se orientar no sentido de difundir os princípios da agroecologia nos meios acadêmicos e institucionais, destacando não só as melhorias na qualidade ambiental, mas também os seus benefícios sociais. Os futuros profissionais envolvidos com o processo de extensão rural nas instituições do setor público, ou mesmo privado, devem estar capacitados para agir de maneira participativa na construção de conhecimentos, políticas e tomadas de decisões, priorizando a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades e das famílias de agricultores.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo (coord). **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ABREU, Aline França de; FRANÇA, Thamara da Costa Vianna; SINZATO, Carmen Isabel Pereira. Acesso à informação: promovendo competitividade em P&D com o uso de tecnologia de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p.322-332, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a10.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p.499-520. 2003.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos**. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambú - Mg: Abep, 2006. p. 1 - 20. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_598.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

APACO. **Sobre a APACO**. Disponível em: <<http://www.apaco.org.br/apaco.html>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

ASBRAER. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil**: Um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do país. Brasília: Asbraer, 2014. Disponível em: <<http://www.sintape.org.br/sites/default/files/DOCUMENTO-ATER-ASBRAER-12-08-2014.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.

BADALOTTI, Rosana Maria. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense**: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. 2003. 387 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BADALOTTI, Rosana Maria; CUNHA, Joarina da. **A política nacional de desenvolvimento territorial e sua implementação no território rural oeste**. Disponível em: <<http://www.unochapeco.edu.br/static/files/trabalhos-anais/Pesquisa/Gestão e Políticas Públicas/Rosana Maria Badalotti.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BIESDORF, Marta; AMADOR, Milton C. P. **A agricultura moderna em Ipumirim**. Cadernos do Ceom, Chapecó, v. 31, n. 22. 2009. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/554/377>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan. 2005. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Constituição (2010). Lei nº 12188, de 11 de janeiro de 2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Pnater**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 04 maio 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Selo da Agricultura Familiar**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-2583697-4429081-lt\\_Selo\\_da\\_Agricultura\\_F-1372369.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-4429081-lt_Selo_da_Agricultura_F-1372369.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Certificação por Auditoria**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/certificacao-por-auditoria-rpo>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa no 46, de 06 de outubro de 2011. **Regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção**. Brasília, 2011

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Sistemas Participativos**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Nacional da União**. n. 12, Seção 1, p. 59. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: IICA /MAPA/SPA, 2007. 108 p.

CAPA. **História**. Disponível em: <<http://capa.org.br/page/historia/>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. 2005. Disponível em: <[http://www.bombeiros.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/68/2015/05/Pnater-primeiros\\_passos\\_....\\_Caporal.pdf](http://www.bombeiros.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/68/2015/05/Pnater-primeiros_passos_...._Caporal.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. 2002. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/agroecologia\\_e\\_extensao\\_rural\\_contribuicoes\\_para\\_a\\_promocao\\_de\\_desenvolvimento\\_rural\\_sustentavel.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia_e_extensao_rural_contribuicoes_para_a_promocao_de_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.16-37, mar. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios

para romper a inércia. 2006. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1180525-Da-extensao-rural-convencional-a-extensao-rural-para-o-desenvolvimento-sustentavel-enfrentar-desafios-para-romper-a-inercia-1.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CIAPO (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica). **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/BrasilAgroecologico\\_Baixar.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2015.

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p.11-21, jan. 2007.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, no. 115, pp. 139-154, mar/2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FONSECA, M.F.; RIBEIRO, C. **Cenário mundial e problemas na certificação de produtos orgânicos**: A visão dos produtores brasileiros e das certificadoras. *Pesagro*, Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 1, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 504p.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios.** 2010. Disponível em: <<https://xa.yimg.com/kq/groups/23196723/798884689/name/2010+-+Cátia+e+Valdemar+-+PPs+para+AF+-+Carta+Capital.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

GUADAGNIN, Clístenes Antônio. **Pesquisa, Extensão e Aprendizagem Participativa.** 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8602.html>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

GÜNTHER, Hartmut; JÚNIOR, Jair Lopes. Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 6, n. 2, p.203-213, abr. 1990. Trimestral. Disponível em: <<https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/viewFile/1399/393>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Mulheres, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário.** 2006. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.

IBGE. **Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_do\\_Universo/xls/Municipios/santa\\_catarina.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/xls/Municipios/santa_catarina.zip)>. Acesso em: 12 maio 2015.

IDE, Hans-ullrich. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar.** 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/321/CAPA\\_a\\_gente\\_pegajunto\\_protagonismo\\_agricultura\\_familiar.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/321/CAPA_a_gente_pegajunto_protagonismo_agricultura_familiar.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 28 nov. 2015.

JUNGBLUT, R. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco íris Gráfica & Editora, 2000.

KONRAD, Jóice; SILVA, Clécio Azevedo da. **Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11., 2012, Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1 - 18. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1153\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

KUMMER, Ligia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LAFORGA, Gilmar; VIEIRA, Andréia de Oliveira. **Ação extensionista da Empaer frente à nova Pnater: uma análise a partir do assentamento Guapirama, Campo Novo do Parecis - MT**. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/261.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

LIMA NETO, Pedro Correia. Extensão rural e agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília - Df, v. 3, n. 8, p.01-09, 01 jul. 1999. Trimestral. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/Revista de Politica Agricola - Ano VIII - No 03 - Jul - Ago - Set - 1999.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%20de%20Politica%20Agricola%20-%20Ano%20VIII%20-%20No%2003%20-%20Jul%20-%20Ago%20-%20Set%20-%201999.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1997. Disponível em: <<http://www.marcoareliosc.com.br/19LUNA.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p.823-847, jun. 2005. Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/12175](http://www.spell.org.br/documentos/download/12175)>. Acesso em: 03 abr. 2015.

MEIRELLES, Laércio. Produção e comercialização de hortaliças orgânicas. **Horticultura**

**Brasileira**, Brasília, v. 15, p.205-210. 1997.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo D.. Estrutura e dinâmica dos contratos na suinocultura de Santa Catarina: um estudo de casos múltiplos. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 4, out/dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000400005&script=sci\\_arttext&tlng=e!n](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000400005&script=sci_arttext&tlng=e!n)>. Acesso em: 03 out. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Departamento de assistência técnica e extensão rural. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrsspolitica\\_nacional.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrsspolitica_nacional.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2015.

MORAES, Elisa Vargas. **O desenvolvimento rural: uma reflexão sobre sustentabilidade, agricultura familiar e meio ambiente**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/22.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

MORI, Moira Correia. **A contaminação de produções orgânicas pelas produções transgênicas nos casos dos produtores familiares agroecológicos da AOPA**. 2013. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

NODARI, Rubens Onofre. **Biossegurança, transgênicos e risco ambiental: os desafios da nova Lei de Biossegurança**. Disponível em: <<http://goo.gl/TJFYaU>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

OLIVEIRA, Daniela; SCHNEIDER, Sérgio. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). **Novos Cadernos Naea**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p.149-174, dez. 2009.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. **Agricultura Orgânica em Santa Catarina**. 2002. Elaborada por Secretaria do Estado da Agricultura e



Política Rural e Instituto CEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Disponível em: <[http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/organicos.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/organicos.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2015.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de conteúdo: um approach do social. **Cadernos de sociologia**, Porto alegre, v.9, 1998, pp. 87-114.

PIVA, Ana Sílvia. **Formação do Sistema Agroindustrial e os Fluxos Migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense**. 2010. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Cap. 3. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292727>>. Acesso em: 05 maio 2015.

PLEIN, Clério. A formação da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: o caso das colônias Porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 01, n. 07, p.79-102, 2005.

RIBEIRO, Alexandre Coimbra. **Projeto Microbacias: a evolução da sua concepção em seus três ciclos de existência**. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=23640&secao=Artigos Especiais>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

ROVER, Oscar José. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p.56-63, jan/abr. 2011.

RUCINSKI, Jeane; BRANDENBURG, Alfio. **Consumidores de alimentos orgânicos em Curitiba**. 1999. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/agricultura\\_meio\\_ambiente/JeaneRucinski.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/JeaneRucinski.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **Políticas agroambientais e sustentabilidade:**

desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, Corália Maria dos. **Contribuição ao estudo da extensão rural pública em Sergipe**: o caso da Microrregião Geográfica de Tobias Barreto. 1993, dissertação (mestrado em Geografia Humana). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 1993.

SANTOS, Graciela Cristina dos; MONTEIRO, Magali. **Sistema orgânico de produção de alimentos**. 2004. Araraquara. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/view/59/76>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SCIREA, Romeu; CERON, Ana. **Secretaria Executiva do SC Rural elabora proposta para renovação do programa em 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/mais-sobre-agricultura-e-pesca/secretaria-executiva-do-sc-rural-elabora-proposta-para-renovacao-do-programa-em-2016>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

SHMIDT, V. D. B. **Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social**. In PAULILO, M.I.S.; SHMIDT, W. (org.). Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.38-48, 2002.

SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino et al. A sustentabilidade agropecuária segundo a concepção e a prática de extensionistas rurais do oeste catarinense. **Sistemas e Gestão: Revista Eletrônica**, Florianópolis - Sc, v. 2, n. 8, p.146-159, 01 jan. 2013. Anual. Disponível em: <<http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/viewFile/V8N2A4/SGV8N2A4>>. Acesso em: 05 maio 2015.

SILVA, C. B. DE C.; SCHNEIDER S. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2010. p 183-207.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de produção: o caso do Oeste Catarinense**. 1995. 349f. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SIMON, Álvaro Afonso. **Extensão rural em microbacias hidrográficas como estratégia de gestão ambiental no meio rural catarinense: a qualidade dos sistemas sociais e ecológicos como um patrimônio comum**. 2003. 429 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada, Desenvolvimento Econômico, Social e Humano, e a Educação**. 1996. 156f. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. 2002. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia Ambiental: aplicações, políticas e teoria**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

UNITAGRI. **Instituição**. Disponível em: <<http://www.unitagri.com.br/features/instituicao.html>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 25, p.128-145, dez. 2008. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/660/423>>. Acesso em: 16 set. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 330 p.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena

agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13. 1999.

## **8. ANEXOS**

### **8.1. Roteiro da entrevista semi-estruturada realizada com os agricultores**

- 1- Quais são as atividades da propriedade?
- 2- A produção está em transição ou é certificada? Quem é a certificadora?
- 4- Como é comercializada a produção? Estão satisfeitos com os preços e demandas?
- 3- Como começou a transição para a agroecologia? Motivações?
- 4- Quais foram ou continuam sendo as dificuldades enfrentadas?
- 5- Vocês participam de algum tipo de cooperativa ou grupo de agricultores? Quais? Já pensaram em iniciar alguma cooperativa/agroindústria/grupo ligado à agroecologia? Se sim, quais as limitações enfrentadas?
- 6- Você sente que lhe falta algum tipo de conhecimento específico na hora de efetuar o manejo agroecológico ou tomar decisões sobre ele?
- 7- Como é a assistência técnica atual na propriedade?
  - Pública ou Privada? Qual instituição?
  - Qual é a periodicidade das visitas? Você acha essa frequência suficiente? Qual seria a ideal?
  - Qual a duração das visitas? Você acha suficiente? Qual seria a ideal?
  - O técnico tem conhecimento de manejo agroecológico?
- 8- O extensionista já fez alguma orientação para a família que foi além do manejo produtivo? Comercialização? Bem-estar social? Ambiental?
- 9- Quais são os principais problemas da sua comunidade? Existem conflitos? O extensionista já trabalhou com grupos da comunidade para solucionar problemas comuns?
- 10- Você já participou de algum curso ou capacitação na área de agroecologia? Quem ministrou?
- 11- As orientações do técnico são destinadas apenas ao chefe da propriedade ou existe uma atenção às mulheres, jovens e idosos?
- 12- Vocês já acessaram alguma política pública como o PRONAF?
  - Se não, por quê? Se houvesse orientação de um extensionista teriam participado?

- Se sim, quem orientou? Teve participação de algum extensionista? Se tivesse acessariam mais vezes?

13- Nem sempre conhecemos todos os nossos direitos como cidadãos. Você sabia que de acordo com o governo brasileiro a extensão rural pública deve ir além de orientar sobre técnicas produtivas, que ela deve contribuir para a rentabilidade econômica da atividade e para o bem-estar social da família? Tinha conhecimento disso?

14- Que nota você atribuiria a extensão rural que recebe (1 a 10)? O que falta? Sugestões?

15- Se você tivesse a extensão rural no modelo que deseja, de que forma isso afetaria a sua vida? O que seria diferente na propriedade? Investiria em novas práticas culturais?

16- O que a família faz nos momentos de lazer e cultura? Existem opções suficientes na comunidade? Qual a frequência em que buscam esses momentos?

17- A família tira férias? Qual a frequência? Quando ocorre, por quanto tempo?

18- Possui filhos? Ajudam na propriedade? Pretendem assumi-la? Tem acesso à algum tipo de educação rural?

19 - Você acredita que uma extensão rural eficiente contribuiria para a permanência do jovem no campo? Por quê?

20- Você se sente valorizado pela sociedade como um agricultor agroecológico?

21- Pensando em um quadro geral da sua propriedade e da produção agroecológica, você pretende continuar? Por quê?

## **8.2. Roteiro do questionário respondido pelos extensionistas**

1- Qual a sua formação profissional?

- a) Engenheiro(a) agrônomo(a)
- b) Zootecnista
- c) Assistente Social
- d) Técnico(a) Agrícola
- e) Outro. Qual?

2- Universidade em que se graduou: \_\_\_\_\_

3- Ano de formatura: \_\_\_\_\_

4- Possui pós-graduação?

- a) Sim. Em qual área? \_\_\_\_\_
- b) Não.

5- Durante a sua graduação estudou alguma disciplina dedicada à agricultura orgânica ou à agroecologia?

- a) Sim.
- b) Não.

6- Após a graduação realizou algum curso ou especialização na área de agricultura orgânica ou agroecologia?

- a) Sim.
- b) Não.

7- Número de anos que atua com extensão rural para agricultura familiar:

- a) Menos de 3 anos.
- b) 3-5 anos
- c) 5-10 anos
- d) Mais de 10 anos

8- Em quais instituições públicas ou privadas você exerceu o papel de extensionista atuando com agricultura familiar?

9- Você já atuou com agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos?

- a) Sim.
- b) Não.

10- Você já incentivou um agricultor familiar a iniciar a produção orgânica?

- a) Sim.
- b) Não.

11- Ao fornecer uma orientação ao agricultor, com que frequência você prioriza a sustentabilidade?

- a) Sempre.
- b) Às vezes.
- c) Raramente.
- d) Nunca.

12- Marque as áreas que para você estão relacionadas ao conceito de sustentabilidade:

- a) Ambiental
- b) Econômica
- c) Ética
- d) Social
- e) Política
- f) Cultural

13- Sobre a sua atuação como extensionista:

- a) Atendo os agricultores apenas de maneira individual.
- b) Já efetuei diagnósticos com grupos de agricultores para resolver problemas comunitários.

14- Em relação às visitas aos agricultores familiares, com que frequência são realizadas?

- a) Não realizo visitas.
- b) Visito o mesmo agricultor semanalmente.
- c) Visito o mesmo agricultor quinzenalmente.
- d) Visito o mesmo agricultor mensalmente.
- e) Visito o mesmo agricultor trimestralmente.
- f) O intervalo de visitas é maior que três meses.

15- Você acha essa frequência suficiente para realizar um bom serviço de extensão rural?

- a) Sim.
- b) Não. Qual a ideal?

16- Quanto tempo em média duram as suas visitas?

- a) Não realizo visitas.
- b) Quinze minutos.
- c) Meia hora.
- d) Uma hora.
- e) Mais de uma hora.

17- Você acha essa duração suficiente para realizar um bom serviço de extensão rural?

- a) Sim.
- b) Não. Qual a ideal?

18- Você acha que o número de extensionistas que atua na instituição que você trabalha é suficiente para a demanda dos agricultores da região de atuação?

- a) Sim.
- b) Não.

19- Em relação à sua atuação com a agricultura familiar, você se considera capacitado à:

	Muito Capacitado(a)	Capacitado(a)	Pouco Capacitado(a)	Incapacitado (a)
Orientar sobre segurança alimentar e saúde do agricultor				
Orientar sobre impactos e legislação ambiental				
Recomendar formas orgânicas de controle para doenças e pragas				
Recomendar formas orgânicas de adubação				

Orientar sobre a produção de sementes orgânicas				
Orientar sobre formas alternativas de geração de energia				
Orientar sobre tratamento de dejetos				
Orientar sobre a produção orgânica de animais				
Orientar sobre legislação de orgânicos				
Orientar sobre certificação				
Orientar sobre a comercialização de orgânicos				
Instruir sobre administração e finanças da propriedade rural				
Atuar com jovens e sucessão rural				
Atuar com mulheres agricultoras e inclusão social				
Atuar com grupos sociais marginalizados (indígenas, quilombolas e sem-terra)				
Diagnosticar problemas de uma comunidade rural e propor soluções coletivas				
Organizar eventos sociais e culturais para				



uma comunidade rural				
----------------------	--	--	--	--

20- Você considera que a instituição onde você trabalha lhe fornece a capacitação necessária para trabalhar com agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos?

- a) Sim.
- b) Não.

21- Que sugestões você teria para sua instituição ou para órgãos governamentais no sentido de elevar a capacitação dos extensionistas para o manejo com orgânicos e com a agricultura familiar? Quais são as áreas de maior carência? Como esse conhecimento poderia ser construído?

22- Você acredita que as políticas públicas na área de extensão estão alinhadas aos interesses e necessidades dos agricultores? O que poderia ser diferente?

23- Qual o seu nível de satisfação profissional em relação à sua remuneração?

- a) Altamente satisfeito.
- b) Satisfeito.
- c) Insatisfeito.
- d) Altamente insatisfeito.

24- Qual o seu nível de satisfação profissional em relação ao seu bem-estar no ambiente de trabalho?

- a) Altamente satisfeito.
- b) Satisfeito.
- c) Insatisfeito.
- d) Altamente insatisfeito.

25- Você se sente valorizado pela sociedade em sua profissão de extensionista rural?

- a) Altamente satisfeito.
- b) Satisfeito.
- c) Insatisfeito.
- d) Altamente insatisfeito.